

Universidade de Brasília

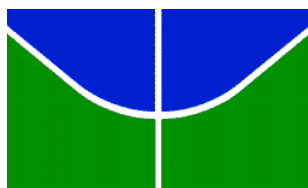
Instituto de Ciência Política

**A negligência e as possibilidades de
contribuição do marxismo para a Ciência
Política, com ênfase em Gramsci e Poulantzas.**

João Pedro Barreto Lira de Sá Pereira — 211010548

Brasília-DF

2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

A negligência e as possibilidades de contribuição do marxismo para a Ciência Política, com ênfase em Gramsci e Poulantzas.

João Pedro Lira

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de
Ciência Política, Universidade de
Brasília, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciência Política, sob a orientação do
Professor Dr. Vladimir Ferrari Puzone

Brasília — DF

2025

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e acima de qualquer coisa, agradeço a minha mãe, Fernanda, pelo inesgotável e incondicional apoio afetivo, emocional e estrutural em todas as etapas da graduação e da vida. Agradeço a minha irmã, Nina, por ser minha inesgotável fonte de amor. Agradeço a minha companheira de vida, Vitória, por acreditar em mim e em nós dois, mesmo à distância, e ainda assim escolher, todos os dias, o nosso amor. Agradeço ao meu padrasto, Lucídio, pelo apoio e pela nossa família.

Agradeço ao meu tio, Luiz Eduardo, por me apresentar as oportunidades de Brasília, e por estar comigo em toda essa jornada. Agradeço a minha tia Flaviana por ter me apresentado esse projeto chamado Universidade de Brasília, que mudou minha vida para sempre. Por me apresentar as belezas da capital federal, sempre com muito entusiasmo e amor no coração, por nossa família e pelas nossas duas cidades, Recife e Brasília. Agradeço aos meus primos, Alice e Mateus.

Agradeço ao meu avô, Marcílio, por sempre acreditar em mim e por realizar grandes esforços para que eu pudesse viver essa experiência. Agradeço a minha avó, Deuslyra, que mesmo com a distância sempre fez o possível para estar presente em todas as fases da minha vida. Agradeço a minha tia, Fabiola, assim como Clara e Francisco, pelo amor e afeto, mesmo à distância. Agradeço a todos os meus amigos, de Recife e de Brasília por terem se aberto a possibilidade de me ter em suas vidas. Agradeço a todos os camaradas do Movimento Estudantil.

Agradeço ao Projeto Politeia e aos profissionais das minhas experiências de estágio por me formarem enquanto profissional. A toda a equipe da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento, na figura de Felipe Antunes. A toda a equipe da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, nas figuras de Marcia, Stefania, Carlos Alberto e Thaís. Sempre com muita gentileza, dedicação, profissionalismo e acolhimento.

Agradeço ao meu orientador, Vladimir Puzone, pela gentileza e acolhimento nas palavras e nas orientações. Agradeço ao meu orientador de iniciação científica, Raphael Seabra, pela orientação e oportunidade de aprender a pesquisar. Agradeço a Universidade de Varsóvia e ao INT/UNB pela oportunidade de viver a experiência da mobilidade internacional. Agradeço aos profissionais da Universidade de Brasília pela oportunidade de cursar essa graduação, com Ensino, Pesquisa e Extensão.

“A análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo”

Lenin

RESUMO

A presente monografia investiga a marginalização do marxismo na Ciência Política, partindo da análise crítica sobre a formação e o estado atual da disciplina. Argumenta-se que a Ciência Política hegemônica, de matriz liberal e crescente orientação quantitativista, promove um duplo afastamento: tanto de metodologias críticas quanto de uma autoavaliação sobre seus próprios rumos e objetos de estudo. A pesquisa evidencia essa exclusão por meio de dados que apontam a ínfima presença de autores marxistas nos currículos de universidades de prestígio e a dominância de estudos neoinstitucionalistas nos periódicos do Brasil e do mundo. Analisa-se, ainda, como o pretexto da neutralidade científica e a hegemonia de paradigmas como a Teoria da Escolha Racional contribuem para despolitizar o debate e reforçar o *status quo*. Diante desse cenário de empobrecimento teórico, a monografia explora as obras de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas como caminhos para revitalizar a disciplina, concluindo que suas contribuições, ao resgatarem a centralidade da luta de classes e do político, oferecem um arcabouço teórico robusto para uma Ciência Política mais crítica e conectada aos problemas concretos da sociedade.

Palavras-chave: Marxismo; Ciência Política; Gramsci; Poulantzas; Político.

ABSTRACT

This monograph investigates the marginalization of Marxism in Political Science, starting from a critical analysis of the discipline's formation and current state. It is argued that hegemonic Political Science, with its liberal foundation and increasing quantitative orientation, promotes a dual estrangement: from both critical methodologies and a self-assessment of its own directions and objects of study. The research highlights this exclusion through data that point to the minimal presence of Marxist authors in the curricula of prestigious universities and the dominance of neoinstitutionalist studies in journals in Brazil and around the world. Furthermore, it analyzes how the pretext of scientific neutrality and the hegemony of paradigms such as Rational Choice Theory contribute to depoliticizing the debate and reinforcing the status quo. Faced with this scenario of theoretical impoverishment, the monograph explores the works of Antonio Gramsci and Nicos Poulantzas as pathways to revitalize the discipline, concluding that their contributions, by recovering the centrality of class struggle and of 'the political', offer a robust theoretical framework for a more critical Political Science that is connected to the concrete problems of society.

Keywords: Marxism; Political Science; Gramsci; Poulantzas; The Political.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	p. 08
2 CIÊNCIA POLÍTICA EM DISPUTA: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E MARGINALIZAÇÃO.....	p. 12
2.1 A Hegemonia e a problemática da Escolha Racional.....	p. 24
2.2 O Perigo da Neutralidade.....	p. 27
3 GRAMSCI E POULANTZAS: INTÉRPRETES DE UMA CIÊNCIA POLÍTICA MARXISTA.....	p. 32
3.1 Gramsci e a Ciência Política do Dever Ser.....	p. 32
3.2 A Ciência Política de Poulantzas.....	p. 37
3.3 Marxismo e Teoria das Elites.....	p. 40
3.4 O ensejo pelo político em Poder Político e Classes Sociais.....	p. 44
4 O BLOCO NO PODER, A POLÍTICA INSTITUCIONAL E OS PODERES: POR UMA ANÁLISE POULANTZIANA DA CONJUNTURA BRASILEIRA.....	p. 48
4.1 O Bloco no Poder.....	p. 48
4.2 A Luta de Classes na Política Institucional e a Separação dos Poderes.....	p. 53
CONCLUSÃO.....	p. 59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 62

1 INTRODUÇÃO

A Ciência Política, como conhecida hoje, é uma disciplina de gênese estadunidense, datada do final do século XIX. Dentro do campo das Ciências Sociais, é uma das áreas mais recentes. Possui objetos de estudo próprios, mas também está fragmentada em diferentes âmbitos das mais diversas ciências, como na sociologia, filosofia, história, antropologia, geografia ou até estatística e ciências atuariais. Todas essas ciências possuem suas vertentes políticas a serem analisadas. Já a Ciência Política, fruto dos processos históricos para sua constituição enquanto disciplina, tendeu ao estudo e análise dos sistemas políticos e da política institucional.

A escolha pelos estudos desses processos em específico e suas formas parte de pressupostos de conformidade com o *status quo*, afastando metodologias emancipatórias, além de abstrair o caráter social, histórico, cultural e de classe do indivíduo, colocando-o em uma espécie de “vácuo histórico e social” (Miguel, 2024, p.19).

Tais abordagens decorrem do modo como as ciências em geral consideram os indivíduos no contexto da organização social, de modo abstrato, desenraizado, o que permite pensar que os problemas da ciência política relacionam-se, também, com a própria descrição que a sociedade burguesa faz de si mesma. Como os indivíduos são isolados uns dos outros neste modelo de sociedade, e só entram em contato social pelo intermédio da troca de mercadorias, boa parte das ciências finda por conduzir-se a pensar os indivíduos como entidades abstratas, contornando a dificuldade em examinar o âmago do problema, a irracionalidade dos processos relacionais estabelecidos na sociedade capitalista.

O resultado disso é o privilégio dos estudos sobre governabilidade, perpetuação das estruturas de poder e maior eficiência do estado capitalista e suas instituições, em detrimento do que defendem os teóricos marxistas, uma teoria que deva servir como ferramenta para processos revolucionários. Nesse sentido, a justificativa para a pesquisa reside na crença da necessidade de uma maior inserção de uma metodologia que tenha caráter emancipador, que possa trazer respostas mais concretas para os indivíduos e as

questões políticas que os cercam, além de uma maior precisão nas análises, munindo a Ciência Política de instrumentos mais sofisticados na previsão e análise das dinâmicas políticas, assim como no combate aos movimentos autoritários e antidemocráticos, por exemplo.

Não há como, entretanto, reduzir as disputas na Ciência Política à simples superioridade de uma forma de pensar a política sobre outra, atribuindo a responsabilidade da hegemonização de correntes liberais somente ao sucesso de seus métodos. A Ciência Política contemporânea está marcada por um crescente fetichismo pelos métodos quantitativos e por uma defesa da neutralidade científica. Não obstante, marginaliza sistematicamente perspectivas críticas, em especial a teoria política marxista.

Os teóricos adotados como referencial para o presente estudo defendem a possibilidade, ou até a necessidade, da Ciência Política absorver elementos dos estudos marxistas, para conseguir subverter sua lógica verticalizada e também obter resultados mais factuais com a concretude em que vivem os objetos de análise da disciplina, os indivíduos em sociedade. Nesse sentido, os autores estudados produziram contribuições essenciais para se localizar no debate, assim como para partir de suas análises para qualificar um debate que hoje está tão marginalizado.

Gramsci e Poulantzas estabelecem um diálogo profundo e complementar em seus conceitos, utilizam do mesmo método, o materialismo histórico-dialético. São dois autores da teoria política contemporânea. Isso pela necessidade de se entender que os objetos de pesquisa tratados por esses autores são instituições políticas desenvolvidas a partir do fim da Primeira Guerra, que seguem lógicas semelhantes às atuais, e que suas críticas aos estudos destas seguem atuais e relevantes.

Nesse sentido, ainda que passados quase cem anos da produção dos Cadernos do Cárcere, ou sessenta anos da produção teórica de Nicos Poulantzas, a crítica permanece atual. Isso porque, ainda que haja variações nas formas de acumulação de capital, no equilíbrio das forças políticas em constante mudança e nas novas demandas impostas pelo Estado capitalista, permanece constante a função geral do Estado como um local-chave de luta pela reprodução das relações sociais capitalistas (Jessop, 2013). Ou seja, enquanto a malha social estiver organizada sob a égide do capitalismo, a função do Estado como local de disputa da luta de classes se mantém, tornando as análises de Gramsci e Poulantzas, intérpretes dessa hipótese, continuamente relevantes.

Os autores citados são, talvez, os mais proeminentes nos estudos marxistas contemporâneos da Ciência Política e os conceitos e reflexões cunhados por eles se mostraram essenciais para a produção de análises políticas concretas na contemporaneidade. Inclusive para analisar como o próprio marxismo pode ter falhado em menosprezar a importância da política nas dinâmicas sociais, e como subverter essa lógica por meio das análises e dos conceitos dos autores e da realocação do marxismo como linha de disputa na correlação de forças da ciência da política.

Em suma, o estudo busca em Antonio Gramsci entender seu retorno a Maquiavel para manifestar seu descontentamento com as Ciências Sociais e sua escolha da Ciência Política como possibilidade de progresso nos estudos sociais. Compreender o vanguardismo do autor em ser, talvez, o primeiro marxista a pensar o político como objeto autônomo e relevante para o marxismo.

Já em Nicos Poulantzas, a pretensão e o objetivo é apreender seu desejo por uma Ciência Política marxista, voltada para uma luta política de classes, a partir da práxis política e de compreensão de conceitos como de Estado e bloco no poder, avançando na análise da política contemporânea sob o método marxista.

A ideia é, portanto, analisar como esses e outros autores, como Sebastián Sclofsky & Kevin Funk, D. Martuscelli & L. Granato, Anthony DiMaggio, Luis Felipe Miguel, Max Horkheimer, Francisco Tavares, Álvaro Bianchi, Armando Boito Jr., Carlos Nelson Coutinho, Claus Offe, Bertell Ollman, entre outros, possuem contribuições com divergências profundas quando comparadas à Ciência Política *mainstream* e, ainda assim, podem contribuir para o progresso da disciplina, enquanto propõem perspectivas antes não analisadas e negligenciadas pelas correntes hegemônicas. Assim como localizar no método marxista a compreensão das dinâmicas que são objeto de estudo da Ciência Política e de que forma há de colaborar e disputar a disciplina.

A Ciência Política carece de explicações consolidadas sobre as razões das crises múltiplas das democracias, que parecem ter raízes mais profundas do que os estudos sobre as instituições formais podem ofertar. Desse modo, os estudos sobre a categoria “Estado”, intersecção fundamental entre os politólogos marxistas, além de outros fatores, podem prover novas soluções para uma Ciência Política mais preocupada com os problemas concretos das sociedades e menos com o formalismo de estudos puramente institucionais.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, para além deste capítulo introdutório.

O segundo capítulo se dedicará a demonstrar a tese da marginalização do marxismo, investigando como a Ciência Política hegemônica, por meio de seu desenvolvimento histórico e de seus pressupostos metodológicos, tais como a Teoria da Escolha Racional e o pretexto da neutralidade, constroem um campo de conhecimento que se afasta de perspectivas críticas e se limita à reprodução do status quo.

O terceiro capítulo apresentará arcabouço teórico que busque superar tais limitações. Nele, serão exploradas as contribuições de Antonio Gramsci, com sua concepção de uma ciência da política engajada na transformação da realidade, e, de forma mais aprofundada, as de Nicos Poulantzas.

A teoria de Poulantzas, por fim, fornecerá as ferramentas para a instrumentalização da análise política no quarto capítulo, mobilizando seus conceitos-chave para discutir as relações de força que operam na conjuntura institucional brasileira.

2 CIÊNCIA POLÍTICA EM DISPUTA: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E MARGINALIZAÇÃO

A Ciência é um campo em disputa. Das ciências ditas “duras” às humanas e sociais, é inegável que diferentes correntes teóricas possuam percepções variadas do mesmo fenômeno. Igualmente, é natural que quem se debruce sobre elas vá tender a se filiar a algumas dessas. Essa arena de disputa, entretanto, nem sempre mostra uma correlação de forças proporcional entre si. Fatores externos influenciam diretamente os rumos dela, como os processos políticos de cada local, os meios de produção do conhecimento, etc.

É muito mais complexo mensurar qual abordagem possui maior poder explicativo, precisão analítica ou relevância na sociedade, uma vez que as disputas não se dão em campos equânimes, pelas formas de dominação capitalista vigentes. A produção científica não é um processo que se define por meio de si, ou das questões internas do meio acadêmico e científico, ela é um processo social, um reflexo das contínuas mudanças nas sociedades.

Para Horkheimer (1975, p. 40), “a relação não se faz na cabeça dos cientistas, mas na indústria”, ou seja, a ciência está atrelada, necessariamente, a todo o aparelho social, e suas “realizações constituem meio de autopreservação e reprodução contínua do (meio de produção) existente”, uma vez que “as relações emergem do modo de produção daquela determinada sociedade.”. A partir desse pensamento, pode-se entender que não há autonomia da ciência diante de seus objetos de estudo e das diferentes correntes teóricas que existem no pluralismo de toda uma ciência, como a Ciência Política.

É parte do sistema capitalista alçar a categorias de maior relevância aquelas ideias que partam do pressuposto da naturalização e perpetuação do seu modo de produção. Essas ideias, ainda segundo Horkheimer, são “exponentes de um mecanismo social invisível”, mesmo que se tenha a ideia de que as ações são feitas a partir de vontades próprias dos indivíduos. “A existência da sociedade se baseou sempre na oposição direta, ou é resultado de forças contrárias; de qualquer modo, não é o resultado de uma espontaneidade consciente de indivíduos livres.” (Horkheimer, 1975, p. 133).

Ainda que seja comum, em escolas e universidades, o aprendizado da máxima de que é necessário ser crítico a tudo que se lê, assiste, consome e reproduz, esse procedimento não é simples. Existe uma razoável distância entre pensar criticamente e

produzir teoria crítica, e uma gama de autores, como os que respaldam o presente estudo, demonstram haver a necessidade de um método que certifique que uma crítica real está sendo feita.

Para situar o sentido da discussão, é preciso entender o que diferencia o pensamento tradicional, hegemônico nas ciências em sua totalidade, do pensamento marxista, ou ao menos do pensamento crítico da Ciência Política.

Assim, tem-se que o pensamento tradicional considera os fatos e o sistema de conceitos como algo exterior ao indivíduo. O sujeito, portanto, analisa a realidade como um mero espectador para tentar prever, mas não participar do determinado processo, buscando que sua ideologia, desejos e motivações não tenham influência na aferição dessa realidade. Há um desejo objetivo de neutralidade. O indivíduo é o analisado, em suas relações com a coletividade ou com determinados fenômenos, ele é o objeto central da análise (Horkheimer, 1975).

A Ciência Política, desde sua gênese e estabelecimento enquanto ciência até os dias atuais, esteve atravessada por uma forte influência liberal (Miguel, 2024), representação do pensamento tradicional. Essa relação histórica entre liberalismo e Ciência Política, inclusive, é uma relação de retroalimentação; uma vez que surge a partir da ideologia liberal, a Ciência Política fornece os insumos para perpetuação da hegemonia liberal (Adcock, 2014).

Essa Ciência, que surge e passa a se consolidar como Ciência Política no final do século XIX, nos Estados Unidos, reúne pontos em comum entre os autores que participaram desse movimento de cunho liberal e construção da nação: uma profunda desconfiança com o processo democrático e com o povo, de modo geral; assim como as justificativas naturalistas das desigualdades e o repúdio aos conselhos públicos e populares embrionários que se formaram naquele período. Álvaro Bianchi, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e autor do artigo: “*Political Science* contra a democracia: a formação de uma tradição”, considera três pontos como os basilares na formação da Ciência Política: o compromisso com o liberalismo, o enfoque institucionalista e a reiteração do caráter científico da Ciência Política como uma ciência (Bianchi, 2011). Tudo isso aconteceu no contexto do desejo dos grandes teóricos estadunidenses de assentar as bases da sociedade que surgia ali, naquele momento histórico.

Para assentar a base dessa sociedade desejada à época, os teóricos perceberam a necessidade de uma estrutura governamental sólida, que garantisse o progresso dos princípios basilares que regiam o país. Por isso, a Ciência Política torna-se a ciência das instituições políticas a se formar, assim como da proteção à liberdade individual e à propriedade privada. Uma ciência para reafirmar e consolidar legalmente esses princípios. Em suma, uma Ciência do Governo, capaz de garantir a ordem e a estabilidade para prosperar (Bianchi, 2011).

Nesse sentido, os objetivos utilitários da formação de uma ciência da política estão relacionados com a necessidade da formação de um corpo técnico, e tecnocrático, que disponha de um amparo teórico e prático suficiente para manter em pleno funcionamento as engrenagens das estruturas de poder, de forma a não ameaçar a perpetuação contínua do sistema vigente. O que se vê como reflexo na atualidade da formação dos profissionais da Ciência Política é que existe o objetivo de formar profissionais técnicos especializados em tornar o Estado cada vez mais eficiente e produtivo. No caso do Estado capitalista contemporâneo, isso significa mais sujeito aos ideais liberais e empresariais, como o “controle de gastos”, “responsabilidade fiscal” e a austeridade nos gastos públicos, por exemplo.

Uma vez consolidada, a disciplina liberal, ainda que, na teoria, defenda uma pluralidade de visões e perspectivas, vem se mostrando particularmente excludente com o método e os autores marxistas. A produção acadêmica marxista, e mesmo de tudo aquilo que possa ser considerado crítico ao ponto de conjecturar uma ruptura da ordem existente, baseada em outros valores e formas, nas demais Ciências Sociais, por exemplo, é ampla e diversa, ainda que não hegemônica. Não obstante, os profissionais da Ciência Política que publicam sobre o tema, muitas vezes, estão localizados em áreas como a Sociologia Política, Filosofia Política e, especialmente, na Teoria Política, que seria a subárea da Ciência Política de menor prestígio.

Esse fato tem base histórica na Ciência Política americana antes falada. Essa ciência formou-se em cizânia com a filosofia e a teoria política, enquanto ensejava ideais imediatos e bastante práticos, concretos. Ainda assim, os filósofos da política eram protagonistas nas discussões. Para Bianchi, a mudança de rumo da Ciência Política mais notável só chegaria em meados dos anos 1970:

O legalismo no estudo das instituições políticas, como é sabido, teve largo curso na ciência política estadunidense e apesar de ter sido colocado em questão já no começo do século XX foi apenas a partir da década de 1970, com o neoinstitucionalismo contemporâneo, que ele foi definitivamente superado em favor de definições menos formais ou jurídicas (Bianchi, 2011, p. 87).

Na contemporaneidade, já depois da consolidação do neoinstitucionalismo como principal corrente teórico-metodológica, é possível notar um crescente fetichismo pelos métodos quantitativos na Ciência Política, enquanto sub-áreas como Teoria e Filosofia Política acabam relegadas à marginalização, ou mesmo excluídas do cenário da Ciência Política. A Ciência Política vem promovendo um “isolamento da sub-área da teoria política das demais sub-áreas” que são “mais científicas” (Feres Jr., 2000, p. 97).

A consequência dessa exclusão é o pequeno arcabouço de recursos e ferramentas para uma análise política que vá além da chamada “Pequena Política” como denomina Gramsci ao comentar sobre Maquiavel; a política de corredor, das intrigas, da institucionalidade e dentro da lógica de um sistema já vigente. Já a “Grande Política”, das estruturas de poder, das formas de dominação, fica relegada a subárea pouco valorizada da Teoria Política (Gramsci, 2024).

Para um resgate crítico da Ciência Política, é incontornável o resgate das discussões que somente o arcabouço da Teoria Política pode prover, afinal, apesar da diversidade considerável existente na Ciência Política, a disciplina tem, por décadas, percebido um declínio no pluralismo metodológico. Cada vez mais os politólogos aceitam as ideias de que a produção científica, para ser efetivamente científica, deve ser quantitativa e exata, e se baseiam em sofisticados modelos estatísticos para supostamente produzir resultados mais exatos (DiMaggio, 2018).

Contudo, os debates críticos dispõem de um repertório bibliográfico notavelmente limitado. Nesse sentido, a análise de publicações pontuais não é um recurso acessório, mas um passo metodológico deliberado. A intenção é, a partir delas, oferecer evidências concretas que sustentam a tese da marginalização e da carência de pesquisa crítica sobre a temática da Ciência Política.

A produção em Ciência Política tem se mostrado pouco preocupada com a disciplina em si, com os rumos que a disciplina vem tomando, com os seus objetos de estudo, inclusive com o que seria, de fato, seus objetos de estudo. Em suma, com uma autorreflexão, fundamental para o avanço dos estudos em qualquer área do

conhecimento. Quando se soma a esse fato a preocupação de que essa autorreflexão e a disciplina na totalidade carece de maior criticidade sobre si e sobre o mundo a sua volta, há de se perceber a importância dessas discussões.

Dito isso, vale destacar que o primeiro grande politólogo a tratar do tema foi Giovanni Sartori. Não há dúvidas que Sartori é um dos nomes de maior relevância da Ciência Política em toda história da disciplina, certamente um dos mais lidos e revisitados. Para alguns críticos, como Luis Felipe Miguel (Miguel, 2017), Sartori foi, ao mesmo tempo, conservador, elitista e demofóbico, além de que sempre “privilegiou a ‘política invisível’ feita nos gabinetes, longe dos olhos do grande público” (Miguel, 2017). Essa forma de pensar se distingue, e muito, do que se procura realçar na presente pesquisa.

Entretanto, no ano de 2004, Sartori publicou um breve artigo na revista PS Online, da American Political Science Association, intitulado “*Where is Political Science Going?*”, em que tece alguns comentários a respeito dos caminhos escolhidos pela disciplina naquele momento histórico. No texto, Sartori clama que a Ciência Política vem passando por processos de influência para torná-la cada vez mais matemática e dura, no que chama de “quantitativismo exacerbado” (Sartori, 2004, p. 786). Para o autor, esses processos acontecem devido à influência da forma estadunidense (a quem chama de Big Brother da Ciência Política, fazendo referência à influência e à dominância econômica desse país nos debates e rumos da disciplina) de se produzir ciência.

Contudo, o autor afirma que o modelo das ciências duras e exatas, não cabe para a política e reflete a incapacidade dessas correntes de encontrar um caminho próprio e uma metodologia própria que as distinga das demais. Isso levaria os politólogos a uma falsa sensação de precisão das análises (por se tratar de análises quantitativas que retratam resultados objetivos, ainda que a partir de medidas arbitrárias), que contrastadas, com a realidade material, não se aplicariam de fato, e acabariam levando a disciplina ao *status* de irrelevante no mundo social.

O autor também questiona a negligência com trabalhos considerados mais teóricos e qualitativos, nos estudos para definição e consolidação de conceitos, por exemplo. Para ele, isso está diretamente relacionado a forma de tratar o que chama pensamentos dicotômicos como atrasados e superados pelas medições quantitativas e demais métodos, o que se pode interpretar como a disputa da Guerra Fria, ou socialismo *versus* capitalismo, que colocou o marxismo em evidência nas discussões anteriores, tendo sido

supostamente superada, nesse sentido, na mesma lógica do “fim da história”, em que a partir daquele fim de Guerra Fria, as discussões passariam a ser somente sobre qual forma de capitalismo há de perseverar. Por fim, o autor defende que haja resistência nessa lógica de quantificação da disciplina e que “pensar deve vir antes de contar”, e um pensar com metodologia e objetos próprios da Ciência Política.

Dos estudos mais recentes, tratando especificamente sobre Marxismo na Ciência Política, destaca-se o trabalho de dois autores que trabalharam juntos em dois artigos publicados, em 2018 e 2021, que foram pioneiros em apontar um problema histórico: o baixíssimo uso, por parte dos cientistas políticos e professores de Ciência Política, da literatura marxiana e marxista. Sebastian Sclofsky e Kevin Funk publicaram, respectivamente, os artigos *“The Specter That Haunts Political Science: The Neglect and Misreading of Marx in International Relations and Comparative Politics”* em 2018 e também *“The Liberal Ideology: On Intellectual Pluralism and the Marginalization of Marxism in U.S. Political Science”*, em 2021.

Em pesquisa explicitada por Sclofsky e Funk, no *“The Liberal Ideology: On Intellectual Pluralism and the Marginalization of Marxism in US Political Science”*, dentre a bibliografia estudada nos dez mais renomados cursos de Ciência Política nos Estados Unidos, menos de 0,1% contempla textos marxianos. Autores marxistas estão contemplados em somente 1% das leituras recomendadas (Sclofsky; Funk, 2021). O que é apontado como diversidade nas discussões da matéria seria, na verdade, uma diversidade pautada em discussões internas entre diferentes correntes liberais. Existe liberdade para se discutir, mas uma liberdade restringida às limitações e contradições próprias do liberalismo.

Sclofsky e Funk (2018; 2021) entendem que o baixo engajamento com o marxismo é fruto de motivações intelectuais e políticas, com ênfase na segunda. Dentre as motivações destacam-se: a associação entre o marxismo e o suposto fracasso do socialismo real atestado pela queda da União Soviética e o fatalismo neoliberal do “Fim da História”, tendência acadêmica impetrada nesse período; o crescimento dos métodos quantitativos nas ciências, com ênfase na Ciência Política e, por fim, o fato da teoria marxista questionar o *status quo*, representando um perigo eminente ao Estado que, invariavelmente, financia a pesquisa acadêmica.

Dentre as contribuições de Sclofsky e Funk para esse debate, destaque-se a

iniciativa de criar uma base de dados das universidades estadunidenses, país de maior influência na produção científica da Ciência Política hoje e historicamente, e seu engajamento com a literatura marxiana e marxista, seguida da constatação de que esse engajamento é tremendamente raro.

Essa marginalização de autores de correntes críticas se reflete também nos acúmulos e produção acadêmica a respeito de uma crítica à Ciência Política, as formas que a Ciência Política encontrou de fazer ciência.

Segundo os autores, a lógica de negligenciar o pensamento marxiano e marxista não se restringe a Ciência Política orientada pelos preceitos liberais e *mainstream*. Para eles, até mesmo a Ciência Política que se autoproclama crítica negligencia Marx, em referência aos Pensadores pós-estruturalistas, pós-modernos e decoloniais, que se juntaram ao mainstream na rejeição ou simplesmente ao ignorar a obra do incontornável autor alemão. Ainda segundo os autores, a lógica pós-colonial coloca Marx como um pensador eurocêntrico e pouco preocupado com as questões ao redor do mundo e os marxistas como herdeiros desse pensamento.

Entretanto, não é preciso um vasto conhecimento da obra do autor para conceber a falsidade dessa ideia. O próprio Marx já tecia críticas aos sistema colonial nas Índias e ainda no século XIX. Suas ideias influenciaram revoltas anticoloniais em partes de África e Ásia (Sclofsky; Funk, 2018). Isso sem contar os incontáveis autores marxistas latino-americanos, africanos e asiáticos que mantêm o pensamento marxista vivo e consolidado como uma tendência que não há de cessar. Essa ideia de “superar” Marx pelo fato de ser europeu acarreta danos graves à capacidade interpretativa da realidade. Nesse sentido, Sclofsky e Funk argumentam:

No geral, defendemos que este engajamento superficial, a má interpretação e — em alguns casos — o fato de Marx ser completamente ignorado prejudica a capacidade da ciência política de abordar problemas importantes do mundo real ou debates teóricos, e muito menos de tornar a disciplina relevante [...] Um cientista político que ignora amplamente Marx é semelhante a um especialista em literatura inglesa com apenas um conhecimento superficial de Shakespeare. (Sclofsky; Funk, 2018, p. 49, tradução nossa)

A refutação à tese do eurocentrismo marxiano ganha ainda mais força com pesquisas recentes que se debruçam sobre textos menos difundidos do autor. O trabalho do autor estadunidense Kevin B. Anderson, em sua obra “Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais”, livro publicado pela editora Boitempo no ano de 2019, é um exemplo de vanguarda dessa abordagem. Com base em materiais da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), a maior coleção de escritos de Marx e Engels, Anderson demonstra como o pensamento de Marx se desenvolveu para além de uma métrica europeia, “atento ao desenvolvimento das sociedades não capitalistas, defensor de uma via revolucionária multilinear, não determinista; em suma, um Marx que não toma o processo histórico europeu como métrica universal da história mundial.” (Manoel, 2019, p. 2).

A pesquisa realizada por Anderson revela um Marx atento às particularidades de sociedades não capitalistas, como a Índia, China e Argélia, e profundamente engajado nos processos de libertação nacional e na luta contra a escravidão (Anderson, 2019). Esse aprofundamento contesta as análises que o classificam como orientalista ou indiferente ao colonialismo, oferecendo uma resposta robusta à crítica de vertentes que reafirmam essas ideias, reforçando a tese de que a rejeição superficial de sua obra empobrece a análise política.

Apesar da atestada relevância dos estudos marxistas e marxianos para os cientistas políticos, em especial daqueles em formação, parte considerável das universidades declina de propor os estudos desse paradigma nas disciplinas que constituem os cursos de graduação em Ciência Política. Em pesquisa feita pelos autores supracitados, no recorte das dez universidades mais bem ranqueadas pelas revistas *US News* e *World Report* (tais como Harvard, Stanford, MIT, Yale, entre outras) nos cursos introdutórios de Política Comparada e Relações Internacionais em programas de pós-graduação e graduação, o engajamento com o pensamento marxiano e marxista é irrisório. As tabelas abaixo foram extraídas e traduzidas livremente do artigo “*The Specter*

That Haunts Political Science”, já anteriormente citado, e ilustram bem a desigualdade na atenção às leituras de Marx.

Tabela 1: Planos de ensino que exigem ou recomendam os escritos de Marx.

	Nº total de leituras obrigatórias	Nº total de leituras recomendadas	Nº total de leituras obrigatórias de Marx	Nº total de leituras recomendadas de Marx
Política Comparada	664	1036	1	1
RI	826	724	0	0
Total	1490	1760	1	1
Porcentagem	100,00%	100,00%	0,07%	0,06%

Sclofsky; Funk, 2018, p. 48, tradução nossa.

No caso das leituras marxistas, o cenário também não ultrapassa os valores de 1 (um) por cento. (Sclofsky; Funk, 2018, p. 49)

Tabela 2: Planos de ensino que exigem ou recomendam leituras marxistas.

	Total de leituras obrigatórias	Total de leituras recomendadas	Total de leituras marxistas obrigatórias	Total de leituras marxistas recomendadas
Política Comparada	664	1036	13	14
Relações Internacionais	826	724	1	3
Total	1490	1760	14	17
Porcentagem	100,00%	100,00%	0,94%	0,97%

Sclofsky; Funk, 2018, p. 49, tradução nossa.

A conclusão que se pode arriscar é de que os cientistas políticos nos Estados Unidos não estão lendo Marx e os marxistas. Sua importância e sua produção são renegadas por aqueles. O marxismo é criticado, caricaturado ou completamente ignorado. Especialmente, ele não é lido (Sclofsky; Funk, 2018). A busca pela produção científica de uma Ciência Política que se pretenda crítica, dotada de objetivos analíticos, mas também transformadores, emancipatórios, atualmente, é um esforço que não traz consigo obras paradigmáticas e quantidade razoável de artigos em periódicos de prestígio.

No Brasil, também têm consolidado-se tendências semelhantes nos últimos anos. No artigo “Omissões e seletividades da ciência política brasileira”, de Francisco Tavares e Ian Oliveira, os autores atestam haver “prevalência de pesquisas adeptas de abordagens empírico-quantitativas no Brasil”, além de “uma hegemonia neoinstucionalista ao longo dos últimos anos no Brasil” (Tavares; Oliveira, 2016, p. 15). Nesse sentido, o Brasil também é parte da tendência mundial, capitaneada pelos Estados Unidos, acarretando pouquíssimos trabalhos que lidem diretamente com o poder político de forma mais estrutural.

Para facilitar a compreensão das dinâmicas de tendência de produção na academia brasileira, os autores subdividem a produção acadêmica em quatro diferentes tipos de estudo. Os estudos de: Gincana; Reunião de Condomínio; Cafeteria; e, Fogo no Pneu. Resumidamente, os estudos de “Reunião de Condomínio” são aqueles que tratam sobre engajamento cívico, participação política e os assuntos relacionados a democracia participativa e aproximação do povo dos processos decisórios.

Os estudos de Cafeteria são os que tratam da Opinião Pública: circulação de ideias, análise de conteúdo. Essas duas análises também encontram limitações no fato de não proporem mudanças estruturais e suporem uma igualdade que não é possível dar crivo no modo de produção capitalista. As limitações dessas análises são limitações do próprio paradigma liberal, ainda que possam ter influências de correntes críticas, pós-modernas ou decoloniais, por exemplo. Entretanto, para o recorte trabalhado nessa pesquisa, será dada ênfase aos estudos de “Gincana” e “Fogo no Pneu”, pois o contraste teórico-metodológico e quantitativo, entre as duas correntes, na produção científica, são indicativos dos caminhos que segue a Ciência Política brasileira.

O nome estudos “de Gincana” provém da percepção dessa linha como um jogo. A

disputa de poder político ocorre como um jogo de poder, assim como a democracia funciona como um jogo eleitoral. A Gincana é a representante do neoinstitucionalismo e da Teoria da Escolha Racional, caracterizada por: uso primordial da Estatística (*surveys*, em especial), indivíduos como unidades de análise, prevalência de modelos teleológicos, estudos voltados à institucionalidade e o estudo de atores políticos considerados relevantes, além dos demais detalhes que serão vistos mais adiante quando do trato específico da Escolha Racional.

Os estudos de Gincana são hoje a representação do *mainstream* da Ciência Política brasileira (e mundial) e prevalecem com folga nas discussões da disciplina, enquanto os estudos de Fogo no Pneu são os mais negligenciados.

Quanto aos estudos de Fogo no Pneu, seu nome provém da associação com manifestações e atos de rua em que essa tática que dá nome é aplicada. Para Tavares, são os estudos de maior potencial e mais ecléticos. São estudos fora da institucionalidade, mais preocupados com os movimentos sociais, organizações socialistas, sindicatos e greves, boicotes, entre outros aspectos da vida política para além dos muros do Executivo e Legislativo.

O Fogo no Pneu tira do primeiro plano das análises “as regras de financiamento de campanha” ou os “parâmetros para transformação de votos em cadeiras no parlamento” para focar nos produtos dos movimentos “como as ‘Diretas Já’ brasileiras” e outros movimentos sociais, organizados ou não. Também é, por exemplo, o Estudo sobre a Marcha das Vadias ao invés da presença feminina no Parlamento ou o estudo dos movimentos de luta por moradia ao invés da regulação urbana (Tavares; Oliveira, 2016).

Assim como criticam o baixo escopo teórico alcançado pelos estudos de Gincana, os autores também criticam o Fogo no Pneu por conceber as instituições a partir de um olhar muito distante. Por mais que consiga destrinchar aspectos sociais e científicos de maior sofisticação teórica, acabam por negligenciar aspectos da institucionalidade que também são importantes e cujas nuances devem fazer parte dos estudos da Ciência Política por sua comprovada relevância no mundo social.

Inclusive, os dois autores a seguir analisados, Gramsci e Poulantzas, fornecem ferramentas para superar essa problemática. O que chama atenção, no entanto, é a brutal diferença quantitativa de publicações dos estudos de Gincana, em comparação aos demais, como informa a tabela abaixo, também de autoria de Tavares e Oliveira, no

mesmo artigo. Os dados se referem a revistas de *qualis* A1 e A2, os de maior prestígio acadêmico (Tavares; Oliveira, 2016, p. 34). Cabe ressaltar que os critérios adotados para definição de maior prestígio acadêmico citados no presente trabalho estão em consonância com as classificações de periódicos dos quadriênios 2013–2016 e 2017–2020, ainda não considerando as mudanças estabelecidas para o quadriênio 2025–2028 (TV UFMG, 2025).

Tabela 3: Distribuição dos tipos alegóricos em periódicos classificados como A1 (somente artigos considerados na análise)

Tipologia Revistas	História da CP/teoria política	Fogo no pneu	Reunião de condomínio	Cafeteria	Gincana	Total de artigos por revista (2007-2013)
Periódicos A1	39 (17,6%)	6 (2,7%)	10 (4,5%)	34 (15,3%)	135 (60,8%)	222 (100%)
Periódicos A2	71 (33,6%)	6 (2,8%)	20 (9,5%)	13 (6,2%)	107 (50,7%)	211 (100%)
Total (Nº)	110	12	30	47	242	433
Total (%)*	25,40%	2,80%	6,90%	10,80%	55,90%	100%

Tavares; Oliveira, 2016, p. 34

2.1 A Hegemonia e a problemática da Escolha Racional

A principal forma de análise da Ciência Política na atualidade é a Teoria da Escolha Racional. Um dos seus mais influentes formuladores, o politólogo americano Kenneth Shepsle, representa de forma emblemática a tentativa de atribuir uma maior “cientificidade” à Ciência Política, a partir da segunda metade do século XX, importando seus métodos da Economia. A Teoria da Escolha Racional surge na Economia, considerada por autores da linha como a mais “científica” das Ciências Sociais, pelo fato de abarcar métodos das Ciências Exatas, como Matemática e Estatística. A Ciência Política, nesse contexto, busca refazer sua imagem através da Economia.

Desde o final dos anos 1990, houve um crescimento expressivo da Teoria da Escolha Racional. Nos Estados Unidos, por exemplo, os principais periódicos da Ciência Política, como o *American Political Science Review*, *American Journal of Political Science*, *Journal of Politics* e *Political Communication* são quase que inteiramente dominados pela pesquisa quantitativa, em especial com base na Teoria da Escolha Racional (DiMaggio, 2018). Pelo fato de utilizar métodos estatísticos, há um reforço da reivindicação de se tratar de uma teoria sem vertente ideológica e libertos de qualquer filiação no âmbito da filosofia e teoria política. Entretanto, o que se evidencia é que o fato de não haver vertente ideológica é uma posição e demarcação no campo ideológico, assim como é também, um mito (Sclofsky e Funk, 2018).

Os teóricos que se filiam a essa corrente tem como sua unidade básica de análise os indivíduos. Os indivíduos são os atores relevantes, e não as classes sociais, os grupos ou o Estado. Todo esse paradigma tem no individualismo metodológico seu ponto de partida da análise. Esses atores políticos, os indivíduos, seriam dotados de crenças e preferências que constroem a sua racionalidade instrumental para agir, ou seja, eles atuam conforme suas próprias preferências, objetivando maximizar o potencial de concretização de seus interesses finais.

Em resumo, a Teoria da Escolha Racional compreende os fenômenos do político como interações entre diferentes atores políticos (indivíduos) cada um com sua ambição própria, em busca de seus objetivos próprios, em como é possível analisar essas decisões e como essas decisões afetam toda aquela sociedade, uma vez que esses atores são figuras de relevância na política (Shepsle, 2008).

Percebe-se, portanto, que a análise da Escolha Racional é dotada, inclusive, de aspectos morais na análise política, como a consideração dos indivíduos enquanto ambiciosos e interessados na maximização de interesses próprios ou de um grupo próprio. A formulação de Shepsle, especialmente em sua influente obra “*Analyzing Politics: Rationality, Behavior, and Institutions*”, é um exemplo claro de como essa abordagem, apesar de sua pretensa objetividade, está carregada de valores morais. A lógica do autor sistematicamente aponta para a necessidade de se perceber tais valores nas ações desses indivíduos, como exemplificado no seguinte trecho que descreve a motivação dos políticos:

Como é de se esperar, políticos ambiciosos adoram a perspectiva de ascender a um alto cargo. O *ego boost* do poder, sem falar nos confortos de um escritório espaçoso, um exército de assistentes deferentes, os serviços de uma limusine com estofamento de couro e viagens frequentes para destinos mundiais empolgantes, tudo contribui para o fascínio do cargo. É inegável a força da motivação de buscar um cargo para explicar os anseios de políticos individualmente. (Shepsle, 2008, p. 529, tradução nossa)

Está aqui uma exemplificação clara dos agentes políticos racionais que desejam “maximizar a utilidade” de suas ações. Mas o que esse trecho também possibilita demonstrar, é que a análise baseada na Teoria da Escolha Racional, como a supracitada, se distancia das bases para análise que devem ser almejadas pela Ciência Política.

Isso porque, apesar da neutralidade que autores como Shepsle tentam emplacar, a referida teoria esbarra em uma parcialidade escancarada por meio de um moralismo na análise. Um moralismo que, acima de tudo, despolitiza o debate. Políticos ambiciosos, *ego boost*, o desejo pelo luxo. Todas essas caracterizações são, evidentemente, juízos morais emitidos por Shepsle. É nesse momento que se percebe que a análise que parte do individualismo metodológico acaba focando na individualização de comportamentos.

Isso a partir de uma suposta análise psicológica ou psicossocial, sem respaldo científico para tal, que de fato, não são somente decisões individuais, mas produtos da própria reprodução e propaganda do sistema capitalista, aspectos ignorados, assim como as relações de classe e demais questões estruturais que influenciam tais decisões desses atores.

Quando analisamos ações políticas, ao menos na Ciência Política, o foco não pode ser os desejos e ambições dos atores, questões morais, mas sim aquilo que é o objeto de estudo, o político. Assim como doutrinou Maquiavel, a análise da política deve estar apartada da análise moral do ator político. Ou mesmo em Gramsci, que define o político como uma região própria no todo social, relativamente autônoma da Economia e apartada, em certa medida, dos demais campos da vida social, como será visto mais adiante (Gramsci, 2024).

O Político pode contemplar o Estado, as relações de poder, as estruturas de dominação, ou mesmo em casos mais práticos como a efetividade de uma política pública, as diferentes escolhas para a política econômica, a correlação de forças do Parlamento, etc. Todavia, analisar o político e se basear em aspectos morais, questões individuais, não contribui para uma perspectiva clara e abrangente da realidade para uma análise efetiva de um politólogo.

Ensaia uma explicação simplesmente baseada nas motivações do indivíduo, como faz Shepsle no trecho citado e ao longo do decorrer da referida obra, por trás de uma determinada decisão, é omitir o contexto histórico e estrutural, e individualiza a culpa para os sujeitos em questões que podem ser superadas somente quando analisadas sob a ótica do poder político e como ele age no modo de produção capitalista.

Essas motivações têm precedentes social e historicamente produzidos, não são somente desejos individuais. Não cabe ao cientista político analisar se um governador, deputado ou senador é ambicioso, gosta de automóveis de luxo ou tem um ego inflado. Esses aspectos são visivelmente despolitizantes. Isso não quer dizer, entretanto, que não seja função desse cientista analisar as relações desse indivíduo para entender a quem ele serve, quem o financiou e qual seu projeto de poder, por exemplo.

2.2 O Perigo da Neutralidade

Por outro lado, a teoria crítica surge da constatação de que a suposta neutralidade pretendida pela Ciência não passa de um processo ilusório, ou mesmo uma farsa. Todas as teorias perpassam os desejos, anseios e a ideologia de quem as propõe, considerando essas agências situadas em um determinado espaço histórico, econômico e social específico, fundamental para a constatação de uma situação concreta em uma realidade concreta, como afirmado acima.

Para Horkheimer: “A existência da sociedade se baseou sempre na oposição direta, ou é resultado de forças contrárias; de qualquer modo, não é o resultado de uma espontaneidade consciente de indivíduos livres.”(Horkheimer, 1975, p. 133). A separação entre indivíduo e sociedade não existe na teoria crítica, o contexto é condicionado pela ação humana e está subordinado à hegemonia política, econômica, cultural, etc. É possível afirmar que um dos principais objetivos da teoria crítica é desvendar uma verdade concreta que muitas vezes se esconde por detrás do véu da ideologia. Esse desvendar, no entanto, só é possível de ser feito uma vez que afirmamos sob qual perspectiva, sob quais lentes há de se enxergar aquele fenômeno, ou seja, quando tomamos um lado. O que pode parecer parcial e pouco científico, na realidade, é somente o resultado dos processos de constatação de que não existe teoria que não envolva um interesse político, ainda que esse não esteja claro.

Além da marginalização do marxismo enquanto escolha política, existe uma divergência de princípios também do ponto de partida das pesquisas na área. A fetichização tanto de uma ideia positivista de busca pelo neutro e objetivo (Sclofsky; Funk, 2021) quanto de uma matematização e quantificação da Ciência Política (Miguel, 2024). Diferente dessas ideias dominantes, o pensamento marxista não busca neutralidade ou a formalização enquanto ciência exata, pelo contrário.

Não obstante, o pensamento marxista é perseguido por aqueles que propõem a suposta neutralidade da ciência; o pensador marxista é politicamente ativo. Procura explicação na estrutura política e econômica das sociedades, propondo-se a obter resultados por meio de lentes mais amplas e estruturais, questionando o *status quo* e não fugindo da busca das soluções através da raiz dos problemas. Para os autores, é grave a falta dessa corrente teórica no debate público.

A busca pela neutralidade não faz parte do arcabouço de uma Ciência Política crítica, muito pelo contrário. Entretanto, a tese hegemônica na disciplina é de que o que se espera dos cientistas políticos é uma argumentação quanto a como funciona o mundo e como funciona a política, e por isso, não pode ser feito um trabalho enviesado, deve ser feito um trabalho puramente explicativo.

Os politólogos devem explicar como funciona o processo político sem se deixar levar pelos seus valores. O que essa suposta rejeição ao enviesado transparece, no entanto, é rejeição a tudo aquilo que não corresponda a perspectiva ideológica hegemônica da disciplina (DiMaggio, 2018). Segundo o professor Anthony DiMaggio, da Universidade de Lehigh, a propagação do discurso da neutralidade é um mecanismo da influência neoliberal nas universidades para esvaziar o estímulo ao pensamento crítico e o questionamento às estruturas de poder. É um centrismo político mascarado de neutralidade (DiMaggio, 2018).

A resposta mais simples é que a objetividade serve como um mecanismo sutil para inibir o pensamento crítico e qualquer possibilidade de que acadêmicos desafiem as características centrais do sistema neoliberal, ou de que incentivem os estudantes a desenvolver o pensamento crítico e as habilidades analíticas necessárias para desafiar esse sistema. O centrismo político se disfarça de neutralidade — ou seja, indivíduos sem valores ou convicções políticas fortes, de um lado ou de outro, confundem o fato de não ter nada provocador a dizer com o ser imparcial. (DiMaggio, 2018, p.228).

A premissa da neutralidade prejudica os cientistas políticos também em outros aspectos. A vasta maioria dos cientistas políticos evitam ações políticas mais diretas, como participações em organizações ou partidos políticos (aqui não se refere aos profissionais da burocracia partidária, mas aos militantes), ou manifestações e protestos. A consequência direta disso é que os politólogos tornaram-se a vanguarda da tendência mundial de despolitização e apatia política. (DiMaggio, 2018). A Ciência Política tem responsabilidade sobre a despolitização e desincentivo ao engajamento político tendência nas universidades, resultado desse não estímulo aos estudantes por maior engajamento sob o pretexto da necessidade da neutralidade.

Ainda segundo DiMaggio, o mínimo que se deve esperar do acadêmico é que seja honesto sobre a partir de qual viés está falando (DiMaggio, 2018). A afirmação que diz respeito a qual paradigma está pressuposto na produção de determinado material é

fundamental para se entender os desejos e objetivos do autor, quem e o que está sendo defendido e com quais objetivos. Um exemplo interessante está no prefácio do livro “Se quiser mudar o mundo”, da socióloga Sabrina Fernandes:

Este livro é radical. Ele tem lado, e eu sou explícita sobre isso no decorrer das páginas. É para quem quer mudar o mundo, mas não de qualquer jeito. Os conceitos e as análises de conjuntura partem de explicações marxistas da realidade, segundo uma perspectiva sociológica. Em geral, foco esses conceitos, mas não para que você decore um por um; meu desejo é que esses entendimentos formem seu arsenal de ferramentas para a mudança do mundo. (Fernandes, 2020, p. 8)

Ainda que esteja partindo de pressupostos sociológicos, a autora demonstra caminhos possíveis para a Ciência Política, assim como trata de temas da região do político no decorrer da obra. Tal qual será visto mais adiante na obra de Poulantzas, a relevância do político em toda a malha social reveste, ainda que indiretamente, à Ciência da Política, relevância crucial nas discussões sobre temas que cercam a vida em sociedade e muitas vezes são relegados à Sociologia, como a discussão do conceito de Estado, o modo de produção capitalista, ou também as manifestações, os movimentos sociais e as organizações revolucionárias.

O que isso gera é um empobrecimento intelectual, que diminui consideravelmente as fronteiras da disciplina e acaba afetando até mesmo as áreas em que a Ciência Política atua com mais vigor, pelo fato de não acessar camadas mais profundas (como essas citadas) do problema analisado que, por consequência, inevitavelmente, afeta também as instituições. O que não pode ser feito é se relegar ao insulamento epistemológico e metodológico, que a disciplina vem se colocando, historicamente, em uma posição que naturaliza o Estado liberal, ao escolher tratar, na imensa maioria dos casos, de temas ultra focados na institucionalidade (Tavares; Oliveira, 2016).

O que se propõe, ao revisar a ideia de uma teoria crítica e marxista da Ciência Política enquanto necessária, é aquecer esse debate na Ciência Política e demonstrar sua importância no apontamento de novos caminhos para a disciplina, assim como as evidentes possibilidades de aproximação do pensamento de teoria política marxista e, por que não, de uma Ciência Política marxista. A teoria crítica chega para eliminar a naturalização de processos fabricados mediante a intervenção humana e a intervenção estrutural dos sistemas criados e complexificados por esses humanos, como o modo de

produção capitalista.

O papel da Ciência Política, portanto, deve ser analisar e extrair a região do político desses processos e interpretá-los, de forma crítica, mas também intervir nesses processos, propor soluções, inclusive dialogando com a ruptura completa desses sistemas. Nesse sentido, o pensamento marxista deseja romper com essa ideia de uma exterioridade permanente e inalterável, ao perceber que ela não é nada natural ou inata às sociedades, mas sim uma construção de uma teoria tradicional que simplesmente aceita e reivindica a perpetuação das atuais condições da vida humana bem como estão. É desejo dos autores marxistas avançar sobre esse falso pretexto, ao não aceitar as condições e o modo de produção como externos aos indivíduos.

A hegemonia global da ciência política estadunidense na disciplina fez com que a hegemonia ideológica dos ideais que serviram para construção da Ciência Política e da nação estadunidense fossem percebidos como se fossem características fundamentais e irrevogáveis de toda a disciplina. Nesse sentido, a ciência política seria o estudo das instituições políticas e de sua eficiência máxima, objetivando fortalecer os princípios e os sistemas do liberalismo e rechaçando paradigmas transformadores, em especial aqueles que confrontam diretamente a hegemonia acadêmica do imperialismo estadunidense, como a Ciência Política de caráter marxista.

Não obstante, a Ciência Política acabou por afastar aquilo que deveria ser o bastião: a democracia e a soberania popular. “Longe de ter sido sempre uma aliada da democracia e do povo, a Ciência Política nasceu em oposição a ambos, ou pelo menos alimentando uma profunda desconfiança neles. Terá sido essa sinistra característica relegada ao passado?” (Bianchi, 2011, p. 101). Questiona Bianchi, na conclusão de seu já referido artigo. Consta-se que não; a despolitização, o ceticismo, o rebaixamento político na falta de perspectiva de uma ruptura com o modo de produção capitalista, a naturalização do Estado liberal contemporâneo e a falta de perspectivas de defesa da soberania popular ainda são marcas muito evidentes dos desejos da Ciência Política.

Olhando por outra perspectiva, é possível perceber que a literatura marxista também pode ter contribuído para o seu escanteamento na Ciência Política e para os politólogos. Essa questão reside no estabelecimento do objeto de estudo dos marxistas, que historicamente difere da politologia (Ollman, 1973).

É consenso entre os autores que estudaram o tema da pesquisa a dificuldade

gerada por essa cizânia entre o método escolhido e a ciência política. Da mesma forma, é através desses autores que há de se prospectar avanços nesses estudos e uma maior disseminação e popularização deles dentro dessa ciência. Gramsci e Poulantzas rejeitaram análises economicistas promovidas pelos marxistas no século XX e colocaram a política como elemento central do estudo da sociedade (Ollman, 1973). Por esse motivo é necessário voltar a esses autores e a seus intérpretes para entender sob quais pilares pode ser erguida uma ciência política de caráter marxista, ou ao menos mais aberta a suas contribuições.

3 Gramsci e Poulantzas: intérpretes de uma Ciência Política marxista.

3.1 Gramsci e a Ciência Política do Dever Ser

Uma das principais tarefas dos politólogos é tentar compreender as dinâmicas políticas, as relações de poder, os movimentos sociais, a correlação de forças nas disputas em maior ou menor nível. Decodificar os processos políticos para torná-los mais transparentes e participativos. Para que isso aconteça, é preciso que o cientista esteja conectado com os anseios e as necessidades do grupo que está sendo estudado.

Entretanto, ao analisar a política com foco nas grandes instâncias de poder, as instituições, perde-se gradativamente a noção das dinâmicas sociais que acontecem na vida concreta das pessoas. Por meio das instituições, a análise política passa a se justificar em si, defendendo-as como a única forma de perpetuar um estado de harmonia, com base na crença de que a ordem atual é um reflexo da natureza humana e, portanto, externa à subjetividade dos indivíduos. É nesse processo que se perde o sentido do desejo de ruptura, de transformação da sociedade e perpetua-se o *status quo*, tornando o indivíduo cada vez mais passivo e passageiro da política (Swanson, 2009).

Esse processo de enrijecimento da política faz com que alternativas emancipatórias sequer participem do debate público. O pensamento de Gramsci vem com o intuito de romper com isso. Em contraste com a política engessada, a ciência política de Gramsci é a política em movimento, das dinâmicas que acontecem no interior da política e não na superfície aparente, deixando de lado a perspectiva do olhar externo aos eventos, em uma visão que une teoria e prática, estudando e compreendendo o fenômeno, ao mesmo tempo, em que é parte daquelas dinâmicas e milita pela possibilidade de transformá-las em sua totalidade (Aliaga, 2016).

“Entre os marxistas do seu tempo, G. foi provavelmente o único a utilizar de forma positiva a expressão “ciência política” ou “ciência da política” (Coutinho, 2017, p.167). Há no autor, portanto, o esforço para a elaboração de uma Ciência Política de bases marxistas. Ainda que Gramsci não seja um cientista político, como hoje se compreende, ele é, indubitavelmente, um autor com contribuições à crítica da política e crítica da Ciência Política, ou crítico das relações de poder, no intuito de superá-las.

Da mesma forma, Gramsci denota a centralidade da política na análise de toda a malha social, em superação a outros marxistas anteriores e contemporâneos a ele. Exemplo disso é a crítica direcionada ao teórico bolchevique Nikolai Bukharin. Nos Cadernos do Cárcere, especialmente no Caderno 11, Gramsci desenvolve uma “longa polêmica com Bukharin, a partir da obra intitulada *A teoria do materialismo histórico – manual popular de sociologia marxista*, chamada por Gramsci de “Ensaio popular de sociologia” (Simionatto, 2002, p. 214).

Neste debate, Gramsci desencadeia uma crítica contundente ao economicismo das análises dos pensadores marxistas como Bukharin, influenciados pela Segunda Internacional (Simionatto, 2002). Para Gramsci, a obra de Bukharin representava a degradação do marxismo a uma sociologia positivista e mecanicista (Gramsci, 2023, p. 64), que tratava a superestrutura (política, ideologia) como um mero reflexo da base econômica.

O ponto inicial da análise gramsciana é entender quem são as agências a serem analisadas. Diferentemente das perspectivas hegemônicas da Ciência Política, em que as agências são os indivíduos livres, que buscam maximizar seus interesses pessoais ou corporativistas, a ciência gramsciana trata de governantes e governados. É a partir disso que Gramsci traz para a Ciência Política uma visão revolucionária. A possibilidade de ruptura passa pela superação dessa relação e a política é o instrumento para realização dessa superação.

O sujeito político para Gramsci não é o indivíduo isolado, mas a classe social, o partido político, a organização sindical. Esse sujeito é dotado de desejos e paixões, mas não vontades e desejos individualistas de ascensão, desejos movidos pelo campo do conflito, gerados na coletividade organizada, como o ódio de classe, as paixões políticas. É um produto da história, com um passado enquanto contexto histórico de suas ações e o presente como a arena para a disputa política. Assim como devem ser as motivações do partido, a luta desses sujeitos é na intenção de transformação e reivindicação do que deve ser hegemônico naquela sociedade. Uma batalha para mudança econômica e estrutural, mas também cultural, política e ética.

Em paralelo, as teorias hoje hegemônicas na Ciência Política, como o exemplo do teórico citado, Kenneth Shepsle, da já referida Teoria da Escolha Racional, caminham em

outro sentido. Nesses casos, o sujeito político é o indivíduo, em sua individualidade ou corporativamente (como grupos de interesse organizados ou categorias profissionais), cujas preferências são baseadas em seus interesses econômicos. Esse sujeito caminha abstratamente, sem a formação histórica de seu passado, objetivando somente seu presente e o futuro próximo. A análise quantifica os interesses desses indivíduos calculistas, transformando-os em valores numéricos, para assim estimar suas projeções.

Para Gramsci, os cientistas têm se preocupado muito com o Ser, ou seja, aquilo que está posto, a análise da realidade como ela aparenta estar. Entretanto, ele deveria se preocupar também com o Dever Ser, em pensar um mundo com objetivo de ação e prática, pensar nas problemáticas, constatá-las e propor mudanças efetivas.

Perceber como as coisas são, mas também teorizar sobre como deveriam ser, movimentar-se nessa realidade para superá-la, não necessariamente por si só, mas ao menos como um intérprete que indique os caminhos e possibilidades de linha de ação, por exemplo. Nesse sentido, não há, portanto, como os politólogos analisarem e “preverem” o saldo e os resultados das disputas políticas de forma desconexa com os próprios interesses e desejos das agências que se propõem a tal tarefa (Ives, 2004, p. 41.)

Para Maquiavel, a política é apartada e independente das leis e juízo moral-religioso. Nesse sentido, a análise da política deve ser feita com severa objetividade e de forma realista, em diálogo com o preceito supracitado. (Gramsci, 2024). Essa autonomia da política para com a moral, em Maquiavel, dialoga diretamente com a autonomia da política em Gramsci, no que se refere à autonomia da política em relação à Economia, em ruptura com a ideia de marxistas de vertentes mais economicistas, como o caso supracitado do teórico russo Nikolai Bukharin.

É possível perceber, portanto, uma relação com análise marxiana da política enquanto ciência do conflito, núcleo central da ideia de luta de classes. Então, há de se entender a Ciência Política de Gramsci como uma espécie de fusão entre a lógica do conflito de Maquiavel e a lógica de conflito de Marx (Coutinho, 2017). De Maquiavel, enquanto cede à política um espaço de autonomia dos juízos morais e religiosos, além de dar a ela espaço de centralidade nas análises. De Marx, enquanto ciência do conflito, dos oprimidos e opressores aos governados e governantes, ao denotar a análise da Ciência Política como espaço, não de simples constatação de uma realidade objetiva, mas de

superação dessas contradições de classe.

Nos Cadernos, ao se referir a Maquiavel, Gramsci inicia com uma análise sobre O Príncipe, o representante das vontades coletivas, mas expandindo o conceito para refletir quem ou o que seria o Príncipe moderno. Para o autor, a modernidade não suporta mais um indivíduo ocupando esse espaço, é preciso ser um organismo. Esse organismo já foi representado pelos Jacobinos, no contexto da França pós-revolução, mas a contemporaneidade já demonstra que a forma política capaz de promover transformações revolucionárias em uma sociedade é o partido político.

Com isso, a análise gramsciana desafia o realismo pessimista de teorias como as das elites, ao não enxergar a estrutura do partido como irremediavelmente oligárquica, mas a agência, real e concreta em suas contradições, fundamental para o processo revolucionário.

É demanda do partido entender o momento em que existem condições, uma vontade coletiva nacional de ruptura. Resumidamente, é possível afirmar que as condições positivas se localizam nos grupos sociais urbanos, com certo nível cultural, histórico e político em junção com as massas de camponeses se libertando da hegemonia da atrasada burguesia rural. Essa é a tendência que se mostrou em toda posterioridade. Esse seria o momento de encetar uma revolução nacional.

Além disso, entender o contexto histórico-político daquela sociedade, os motivos dos fracassos de outros, inclusive em forma de retórica de convencimento do povo de que outra estratégia perecerá, e a demanda que aquela particularidade histórica exige para que o Príncipe alcance o sucesso desejado. Cada sociedade precisa de, ao menos em certa medida, originalidade na construção do Príncipe Moderno, nesse caso o partido, para entender a necessidade histórica real que o momento demanda.

Gramsci foi pioneiro ao demonstrar a centralidade da política nas discussões das Ciências Sociais e, especialmente, nas discussões do marxismo enquanto campo em disputa. Ainda assim, para ele, a política pertencia à superestrutura e, por consequência, seus elementos também operavam nesse nível. O protagonismo da política se dá em capitanear um avanço das mudanças necessárias para um programa de reforma econômica que crie as condições políticas, culturais e intelectuais necessárias para avançar para uma ruptura mais profunda com a infraestrutura das sociedades.

Além disso, o italiano abriu as portas para que outros grandes autores como Ralph

Miliband e o próprio Poulantzas pudessem avançar nas discussões teóricas de um marxismo que entende que as disputas políticas no seio da luta de classes não são meros reflexos da ordem econômica, e possuem uma dinâmica própria, digna de aprofundamentos. O estudo do autor, seus intérpretes e os conceitos a serem trabalhados não de demonstrar ferramentas essenciais voltadas para uma ciência política mais crítica de si e do mundo ao seu redor.

3.2 A Ciência Política de Poulantzas

Com a clara consolidação dos estados capitalistas no século XX, especialmente após o fim da Segunda Guerra, o Estado e a política passaram a ser um incontornável tema para os marxistas, que anteriormente subvalorizavam essa categoria. (Ollman, 1973). Nesse contexto, Poulantzas mostra que as categorias de economia e política podem ser interpretadas de forma autônoma, sem perder do horizonte as estruturas de poder que hegemonizam esses dois aspectos. Segundo Bob Jessop (1985), Poulantzas foi “o mais importante e influente intelectual da teoria marxista do estado e da política no pós-2ª guerra mundial, com relevantes contribuições à análise do estado capitalista e suas formas; dos regimes políticos; das classes sociais e da estratégia e transição socialistas” (Jessop, 1985, p. 38).

Poulantzas sugere que a ciência política siga seu processo de elaboração mediante elementos próprios da política, e não mais apenas da economia, ciente daquilo que é determinado a todos os estados capitalistas, mas especialmente atento às particularidades dos estados existentes. Em suma, entendia o estado como mediador dos conflitos de classe, mas sabendo que uma classe é dominante em relação à outra e é a partir desse ponto que se dão os conflitos, divergindo das perspectivas liberais que apontavam os conflitos como dinâmica dos indivíduos e não das classes (Barrow, 2024).

Nesse sentido, Poulantzas foi o pioneiro em entender que a luta de classes política pode ser apresentada como a força motriz da mudança em toda a sociedade (Jessop, 1985). O autor foi pioneiro em apontar o protagonismo da política para a transformação da sociedade, em uma linha de pensamento que supera o economicismo, ou seja, a crença na falta de autonomia ou de uma autonomia mínima pouco relativa do Estado e das classes sociais, tratando a política como um sub aspecto da economia, assim como supera o pensamento liberal que associa Estado e economia como partes que naturalmente se separam na evolução das sociedades. (Martuscelli; Granato, 2024)

Nota-se que o esforço de Poulantzas está em desenvolver uma teoria regional do político no modo de produção capitalista. Ainda no escopo da Ciência Política, o autor confronta algumas das diferentes visões teórico-metodológicas à época. Confronta o pluralismo em sua tese central de poder difuso na sociedade, ao entender que o poder está concentrado institucionalmente no Estado e socialmente nas classes dominantes

(“Mais-Esquerda — A atualidade da obra de Poulantzas 12.01.25”, [s.d.]). Confronta o institucionalismo e neoinstitucionalismo enquanto denota à classe caráter fundamental na análise da sociedade. Confronta o elitismo político enquanto em sua separação completa do político ao econômico. Assim como também faz o debate interno do marxismo ao afirmar que política e economia são partes de um todo social que se determinam e se condicionam.

Ao pesquisar sobre vida e obra do autor, é possível perceber mudanças teóricas e políticas em suas obras. Por isso, para analisar um autor que se envolveu em algumas polêmicas em suas obras durante toda a sua vida, é preciso escolher um olhar focal para um recorte específico do autor.

Após revisão bibliográfica, foi decidido que os principais conceitos a serem trabalhados aqui são aqueles presentes na obra que muitos consideram a *magnum opus* do autor, “Poder Político e Classes Sociais” (PPCS). Essa obra é a de mais interessante recepção no Brasil, e a mais discutida nos últimos anos. Nessa obra, é perceptível a influência do marxismo revolucionário do autor, diferindo um pouco de seus outros livros.

Em *PPCS*, são trazidos conceitos que precisam ser mais disseminados na disciplina, em especial pelo seu “potencial científico para a análise da política contemporânea.” (Martuscelli; Granato, 2024). Trata-se de uma reconstrução de uma Ciência Política marxista, como mesmo propõe Poulantzas.

A intenção de Poulantzas por produzir uma teoria regional do político, ou seja, investigar o nível político no modo de produção capitalista, é um demonstrativo do desejo do autor de produzir Ciência Política. O autor supera as correntes liberais e institucionalistas ao rejeitar a ideia de que o político, e as instituições, são alheios à história e acima da influência social e econômica daquela sociedade. Assim como também rejeita a interpretação marxista economicista que trata o Estado no modo de produção capitalista enquanto um mero fenômeno transcorrente das relações da Economia, uma vez que para o autor, é o Estado que cria as condições que possibilitam a reprodução do modo de produção capitalista (Martuscelli; Granato, 2024).

As divergências com o marxismo tradicional se dão na análise da autonomia do político. Essas divergências são reflexo de longas disputas no campo teórico do Marxismo. O filósofo alemão Ingo Elbe categoriza essa disputa como uma oposição entre autores de uma visão de “Estado dos Capitalistas” e autores de uma visão de “Estado do

Capital” (Elbe, 2020). A primeira dessas categorias, associada ao marxismo tradicional, que Elbe sugere como personificado na figura de Lenin, é de caráter instrumentalista e denota o Estado como um aparato de coerção utilizado pela classe dominante, sem autonomia real.

Sob outra perspectiva, o Estado não é somente um instrumento a ser utilizado como se deseja pela classe dominante. Poulantzas avança na teoria política ao dotar o Estado como um instrumento complexo com seu sofisticado funcionamento a ser analisado, alinhando-se à segunda visão, que investiga como a própria estrutura do capitalismo exige um Estado com autonomia relativa para poder organizar os interesses políticos de longo prazo da classe dominante e garantir a coesão social.

Essa autonomia denota a tarefa do Estado de encontrar equilíbrio entre as classes e as frações de classe para possibilitar a coexistência em situação de dominação política de uma classe sobre a outra. Estabelece-se um equilíbrio entre as diferentes frações da classe dominante, como será visto a frente, e a manutenção do poder político dessa, mesmo com suas divergências e disputas internas. Quanto à classe dominada, o Estado perpetua essa condição, ainda que faça concessões pontuais, como sacrifícios que precisam ser feitos para manter a aparência do Estado como um agente neutro. Afinal de contas, isso é possível enquanto o governo não é representado diretamente pela classe dominante, mas sim pelo poder político que detém para funcionar as engrenagens dessa estrutura, com o auxílio da burocracia e dos poderes constituídos (Martuscelli; Granato, 2024).

A teoria que se propõe a fazer Ciência Política, para Poulantzas, é a teoria que deve iniciar sua análise a partir da estrutura do Estado, ponto primordial de análise da Ciência Política. No modo de produção capitalista, o papel desse Estado é manter a unidade dessa formação social, ou seja, manter a dominação de uma classe sobre a outra, ao desorganizar a classe dominada e organizar a classe dominante.

Nesse sentido, o papel do analista seria depurar a informação. “Evidenciar as contradições entre as classes e a dominância de uma delas no quadro específico de relações entre os ramos do estado” (Martuscelli; Granato, 2024, p. 27). Ou seja, separar a ideia de que a divisão do quadro geral do Estado é técnica e reafirmar o caráter político desta.

3.3 Marxismo e Teoria das Elites

Coincide entre os dois autores pesquisados um desejo de responder às críticas feitas pelos autores das Teorias das Elites aos conceitos da teoria marxista do político. Esses autores das elites políticas serviram como pilares para a consolidação da Ciência Política enquanto Ciência no século XX. Ainda que na atualidade as pesquisas da Ciência Política estejam sofrendo influência maior das ciências atuariais e estatística, muitos dos paradigmas estabelecidos pelas teorias das elites influenciaram a Ciência Política a criar uma “cara própria”, diferenciando-se das demais ciências sociais. O conformismo e determinismo presentes nos pensadores das elites são o primeiro passo para uma análise hiper focada nas instituições, mas míope em relação às condições e estruturas que estabelecem aquele contexto.

As Teorias das elites representam uma vertente ideologicamente conservadora da Ciência Política. Segundo essas teorias, o poder político está sempre concentrado nas mãos de uma minoria, aristocrática, oligárquica ou similar. Dentro dessas teorias, há autores que defendem que essas elites atuam de forma unitária, plural e distintas ou subdivididas em categorias dirigentes, ainda que em todos os casos com certa unidade entre si. A questão central a que a crítica deve ser direcionada é a escolha dessas teorias em associar esse domínio a um determinismo ontológico às sociedades. Ao naturalizar essa dominação política, essas teorias desmantelam o evidente apontamento da existência da luta de classes nas sociedades contemporâneas, além de não fornecer, segundo Poulantzas, “nenhuma explicação que fundamente esse poder político” (Poulantzas, 2019, p. 47).

Alemão radicado na Itália, Robert Michels segue sendo uma das principais referências da Ciência Política em todo mundo, expoente principal da Teoria das Elites, assim como um dos mais lidos. Apesar de ter se tornado membro do Partido Fascista italiano, Michels é considerado um dos pais da Ciência Política contemporânea. Sob a perspectiva marxista da Ciência Política, Michels tornou-se um dos principais alvos da crítica de autores como Gramsci, pela relação de sua tese sobre os partidos políticos, mundialmente difundida, ser um empecilho à democracia interna e também aos princípios democráticos almejados pelos partidos revolucionários. Gramsci cita Michels como um exemplo das teses fatalistas sobre a política, assim como um reflexo de uma sociologia

positiva que fracassou em tentar superar.

Gramsci observa que, para Max Weber, é natural a liderança de homens poderosos, os líderes carismáticos, no comando dos partidos políticos. Influenciado por essa ideia, Robert Michels defende a concentração de poder em um homem, no “martelo do ditador”, nas palavras de Gramsci (Gramsci, 2024, p. 162). Para Gramsci, o carisma é uma fase primitiva do desenvolvimento da política, necessária somente quando a consciência coletiva ainda não é capaz de interpretar a conjuntura por si mesma. Quanto mais se estimula a presença da liderança carismática, mais o partido tenderá a se basear em ideologias incoerentes ou confusas. A liderança carismática é dotada de um dinamismo vigoroso e apaixonante, por isso também perigoso. Segundo Gramsci, um exemplo claro disso é o próprio Mussolini, que inclusive defendia a tese da importância da liderança carismática.

A principal crítica de Gramsci a Michels, e também à Ciência Política que ele representa, é sua superficialidade. Essa análise seria sumária, baseada em características externas e genéricas, resultando em generalizações desconexas da materialidade das relações. O superficialismo de Michels e da Ciência Política se dá pelo caráter puramente descritivo e de classificação, que muito se assemelha a “velha sociologia positiva” (Gramsci, 2024, p.160). No esforço de encontrar algo inédito, a Ciência Política acaba por cair na reprodução de uma lógica positivista anterior.

Arraigada no senso comum, as teses das Teorias das Elites permanecem como paradigmas teóricos para se avançar nas teorias que hoje se entende como mainstream da Ciência Política. A Teoria das Elites conseguiu capilaridade nas diferentes sociedades por oferecer explicações simples e diretas sobre as diferentes realidades. Imaginar, por exemplo, frases como “todo político é igual”, ou “o poder sempre corrompe quem consegue alcançá-lo”, sendo reproduzidas na mídia hegemônica ou em conversas informais sobre política, não surpreende quem as presencia. A análise gramsciana da política proporciona uma leitura mais aprofundada da realidade, demonstrando que essas bravatas não passam de uma análise simplória de um punhado de fatos.

Ao pensar nos partidos políticos, por exemplo, ao invés de pensar que são todos iguais, ou que independente de quem esteja no poder, a mudança não será efetiva, Gramsci analisa que, independente do partido que seja, genérico que for, há um programa. Mesmo nos partidos chamados no Brasil de “centrão”, que defendem

propostas genéricas, como a “defesa da família”, há um programa em curso. Via de regra, esse programa será a reprodução e manutenção do sistema capitalista, na defesa dos interesses que são hegemônicos naquele contexto. Esses partidos são produtos do descontentamento perene dos sujeitos, mesmo quando esse descontentamento não represente uma crise geral, que é intrínseco ao modo de produção capitalista.

Para Michels, a tendência à oligarquia nos partidos era vista como algo natural, de características psicológicas dos indivíduos que exercem os cargos nos partidos, uma análise que se estende também à ocupação de cargos no Parlamento ou no Executivo. Gramsci supera o pessimismo fatalista de Michels ao propor uma forma definitiva de democratizar os partidos. Segundo Gramsci, as questões problemáticas dos partidos não são de caráter natural, muito menos acontecem tendencialmente, o autor apresenta causas endêmicas do capitalismo para justificar por que tais comportamentos são tomados.

Segundo Gramsci, os dirigentes vão se enclausurando nas demandas da vida política e tendencialmente se afastam das massas, o que geraria a oligarquização e, conseqüentemente, a perda do reconhecimento dos dirigentes enquanto representantes legítimos da classe trabalhadora. Isso tem relação direta, por exemplo, com o conceito de ‘aburguesamento’, do politólogo alemão Claus Offe (1984). Segundo esse autor, as eleições políticas representam uma das formas de perpetuação da dominação política burguesa, porque supostamente exprime a vontade do povo sem ameaçar a manutenção do Estado capitalista, além de ser um instrumento de desmobilização das manifestações e protestos.

Nesse sentido, a competição eleitoral pode levar a moderação dos partidos para, em tese, atrair mais votos, isso porque o Estado é dotado de uma seletividade, que dá mais vazão aos programas que sejam compatíveis com os moldes do Estado capitalista. Em resumo, isso faz com que as organizações revolucionárias gradativamente adotem um rebaixamento político de suas pautas e acabem abdicando de um projeto verdadeiramente revolucionário, em troca de maior acesso às instituições do Estado capitalista.

Para Gramsci, a solução da problemática da oligarquização do partido passa por uma aparente contradição, mas resultante em uma prática política mais democrática: um partido fortemente centralizado, que combatesse a formação de uma casta dirigente

desconexa da base. Para isso, o partido formaria um “grandioso estrato médio” (Gramsci, 1976, p. 30) entre chefes e massas, que impediria o desvio dos chefes e prosseguiria a combater os problemas concretos da realidade concreta das massas.

Entretanto, as críticas feitas pelos teóricos das elites a respeito da teoria política marxista também serviram como ferramenta de reflexão para a maturação de alguns conceitos que precisavam se adaptar à concretude da contemporaneidade. Um desses conceitos é o de classe dominante. Será mostrado adiante que dos três níveis de fração do Estado: ideológico, político e econômico, não seria possível tratar de uma identidade totalmente comum entre uma classe economicamente dominante e uma classe politicamente dominante. Existe autonomia o suficiente no poder político para que este se diferencie do poder econômico, ainda que ambos precisem andar em algum nível de consenso para o Estado manter a coesão.

Nesse sentido, o Estado permanece como o centro do poder político, em que as diferentes classes dominantes disputam a hegemonia dentro desse bloco no poder. Os teóricos das elites também serviram como estímulo para o desenvolvimento de teorias que dão a justa centralidade ao político, como a dos autores pesquisados, na forma de suas críticas ao economicismo de certos autores marxistas. Ainda que sob pretextos equivocados, esses autores acertaram em apontar uma problemática que, como notamos, é combatida.

3.4 O ensejo pelo político em *Poder Político e Classes Sociais*

Buscar compreender o conceito de político no capitalismo é compreender a superestrutura política do Estado no modo de produção capitalista. Para isso, utiliza-se o método do materialismo histórico-dialético. Histórico porque trata da ciência e do estudo da história e dialético por se tratar da filosofia marxista e da produção do conhecimento. As duas formas são ciências autônomas, e a imprudência ou negligência com alguma das duas gera um déficit nas análises: quer seja sob uma perspectiva historicista que conhece as estruturas, mas desconhece o caráter contínuo e sempre em aberto da construção de conceitos e realidades dialéticas, quer seja sob uma perspectiva “positivista-empirista, que dilui o objeto próprio do materialismo histórico subsumindo todo objeto histórico na mesma lei” abstrata, universalmente válida, modelo que regula toda concretização histórica” (Poulantzas, 2019, p. 16).

É possível estender esta última crítica também aos modelos que são hegemônicos na Ciência Política. Ao ignorar o materialismo histórico em suas análises e projetar modelos universais de desejos e comportamentos, perdem-se as considerações sobre as especificidades históricas daquela determinada sociedade, o que a levou até aquele ponto, assim como as teorias particulares das “combinações de estruturas e práticas” que levaram até aquele ponto, afinal, “existe só uma formação social historicamente determinada como objeto singular” (Poulantzas, 2019, p. 19). Diferente do que pensam essas correntes, as relações políticas não estão relacionadas com a natureza do conceito, mas com o lugar que se trata e com qual modo de produção estamos tratando. Não se deve limitar à análise da prática política, mas também situar o lugar e a função da estrutura política.

Econômico, ideológico e político. É a partir desses três níveis que Poulantzas busca explicar a sociedade no que chama de teorias regionais. São também os níveis em que se dão as funções do Estado, como veremos adiante. Esses níveis não se constituem em essência como um só, resultam da influência da base e da superestrutura daquele modo de produção. As três categorias constituem o papel global do Estado, aquilo que se pode universalizar para analisar Estados diferentes, ainda que “essa determinação

precisa ser compreendida no interior das diferentes realidades históricas nacionais” (Santos, 2019, p. 52). O Estado aqui possui um papel duplo, de ser o fator de coesão, que mantém a estrutura dessa sociedade e impede a deflagração do conflito de classes, dentro dessas três regiões, mas também é o lugar da concentração das contradições e da luta de classes. Apesar desse Estado pretender ser universal e neutro, constatamos, portanto, sua função em manter as estruturas como estão, sua principal função sendo a de assegurar a dominação de classe.

É o Estado que possibilita a existência do capitalismo. O Estado promove a exploração e organiza o processo de trabalho. Na concretude, não há cada uma dessas três funções em específico, mas uma função global de coesão e modalidades dessa função determinadas pela modalidade política. Portanto, é possível realizar uma análise de conjuntura de qualidade enquanto se analisa em que ponto está se dando a luta política de classes daquele recorte desejado. É por conta do Estado que o político é o lugar das transformações. As funções econômicas e ideológicas são determinadas pela função política, uma vez que esta representa a luta política de classes. Por isso a importância de destacar o político e o papel de destaque que deve ocupar a Ciência Política.

A Ciência Política enquanto ciência define seu objeto como o político e deve buscar conceituar o político como nível de um modo de produção dado. Ou seja, para se analisar o objeto do político, é preciso situá-lo em um determinado modo de produção, e esse modo possui teorias e definições próprias. Deve-se analisar o político por meio de si, mas um “de si” inserido em um modo de produção próprio e de características únicas que definirão as dinâmicas do político. Portanto, o político no modo de produção capitalista possui uma conceituação própria e imersa no econômico e ideológico desse modo de produção.

Há de observar uma dificuldade de pesquisa notada por Poulantzas em encontrar o político nas obras clássicas. Mesmo que Marx, Lenin e Gramsci o tenham abordado, não o fizeram de forma sistemática. Ainda que seja possível extrair da obra de Marx que o nível econômico é o ponto central de análise, paralelamente é possível compreender que o econômico está presente não como o ponto central, mas a base de estruturação de qualquer sociedade.

O poder político é independente ao econômico, ainda que paralelo a ele. As

diferentes sociedades possuem diferentes prevalências, ainda que estejam calcadas em infraestruturas econômicas. Por exemplo, em sociedades como durante o modo de produção feudal na Europa, o ideológico era manifesto predominantemente pela hegemonia da Igreja. Já em sociedades com mais alto grau de sofisticação, como as sociedades contemporâneas, prevalece o político.

A excepcionalidade da política nas análises de uma sociedade capitalista se mostra como o caráter político sendo a chave determinante na motivação das ações desse Estado. O resultado almejado será sempre a “manutenção da ordem política no conflito político de classe”. Pode-se visualizar exemplos práticos dessa predominância em nossa sociedade. O sistema jurídico valida os processos de troca, as leis trabalhistas validam a exploração do trabalho e a ordem econômica do país, o sistema educacional educa tendencialmente à defesa do sistema como está.

Ainda que existam fatores econômicos e ideológicos em jogo, o ímpeto soberano a todos eles, que representa o papel global do estado, encontra-se no político, no sentido de manutenção da ordem política. Até mesmo as sociedades de capitalismo concorrencial que anseiam pelo livre-mercado, a não intervenção estatal é uma manifestação da ordem do político, uma escolha política. Todas essas funções têm o papel de manter a lógica do Estado de, ao mesmo tempo, manter a coesão naquela formação e perpetuar o antagonismo de classes.

“A luta política de classes que constitui o motor da história” (Poulantzas, 2019, p. 42). A adaptação da célebre frase marxiana denota em que ponto Poulantzas deseja desenvolver a teoria marxista. Associar a luta política como motor da história parte de uma lógica evidente do marxismo, com o parêntese em que se refere não somente ao conceito de luta de classes, mas adere à camada do político o protagonismo. Isso se dá porque o autor entende a prática política como força motriz dessa dinâmica.

A prática política se refere ao momento atual, tendo ação na conjuntura (local em que estão condensadas as contradições). Para uma efetiva análise política, situemos a prática em sua conjuntura e a função da estrutura política que objetiva desafiar. Nesse sentido, o diferencial da luta política é seu objetivo particular, o Estado.

O que é notável da obra do autor é a compreensão de que a luta política deve ensinar a tomada do Estado. Uma luta econômica, por exemplo, pode objetivar melhores condições de trabalho e melhores salários. Entretanto, sem o elemento da luta política

que enseje a tomada do Estado, objetiva-se apenas ter mais influência sobre a regulação capitalista, e não a destruir, uma estratégia que se contradiz com o socialismo científico e sua necessidade histórica da revolução socialista (Luxemburgo, 1990).

4 O BLOCO NO PODER, A POLÍTICA INSTITUCIONAL E OS PODERES: POR UMA ANÁLISE POULANTZIANA DA CONJUNTURA BRASILEIRA

4.1 O Bloco no Poder

O Estado tem o papel de organizar politicamente os desejos da classe dominante. Entretanto, esses interesses nem sempre são coincidentes. As diferentes frações da burguesia, como a burguesia agrária, industrial, financista, os banqueiros, ainda que sejam frações de uma mesma classe dominante, muitas vezes possuem interesses conflituosos. Ainda assim, vivendo dicotomicamente entre cooperação e tensão, é preciso manter um certo nível de unidade política para garantir a dominação política. Essa unidade das diferentes frações da classe dominante é o que se chama de Bloco no poder.

Das diferentes frações que coabitam o bloco no poder, sempre uma delas será hegemônica dentre as demais. Assim como nas sociedades capitalistas existe uma classe que domina, ainda que ela seja fracionada em várias, o bloco no poder também terá, inevitavelmente, uma fração da classe que vai polarizar os interesses das outras frações do bloco no poder a seu favor. Essa fração hegemônica, não obstante, terá um poder de Estado em mãos, podendo assim fazer o Estado agir advogando a seus próprios interesses. Em outras palavras, a unidade política formada no interior do bloco no poder, hegemônica por uma dessas frações, corresponde à unidade do poder de Estado agindo aos interesses dessa fração.

Um exemplo brasileiro muito simbólico de diferentes tendências de hegemonia no bloco no poder está na transição entre os governos de Fernando Henrique e Lula. Enquanto na Era FHC existiu uma hegemonia da burguesia externa e do capital internacional, as mudanças e o tensionamento gerados no processo de vitória e posterior governo de Lula favoreceram a hegemonia da burguesia interna e dos banqueiros (Boito Jr., 2009; 2022). Isso por si só não representa uma ruptura da ordem ou transformação na malha social brasileira, mas é uma sinalização evidente dos rumos que serão tomados pela classe dominante, assim como mudanças nas dinâmicas da luta de classes política, ao nível de compreender o inimigo, por exemplo, da classe dominada. Antes negligenciada ou tratada como um bloco uniforme que negocia a partir dos interesses

próprios, a noção de bloco no poder inova ao apontar para a relevância de compreender a dinâmica e as contradições internas da classe dominante.

A classe dominante demonstra incapacidade de se elevar à hegemonia na sociedade através de seus próprios partidos políticos. As contradições internas da burguesia a impedem de avançar ainda mais no nível de dominação. Por muitas vezes, o interesse da burguesia financeira, popularmente reconhecida pela avenida paulistana Faria Lima, por exemplo, conflita com os interesses da burguesia industrial. Enquanto uma deseja uma redução brutal do gasto público, exigindo limites assustadores ao que deve ser financiado pelo governo, a outra demanda um desaguar imenso de verba pública para as grandes empresas do setor industrial.

Para Poulantzas, a burguesia sempre optará pelos interesses próprios e particulares aos interesses comuns das diferentes frações, ainda que sejam muitos. Isso gera uma instabilidade perene na dominação política. Essas divergências internas da burguesia no bloco no poder fazem com que ela não consiga, por exemplo, se unificar em torno de um único partido político. Da mesma forma que não é possível imaginar partidos denominados “Partido dos Banqueiros” ou “Partido dos Grandes Latifundiários”, porque é preciso um certo nível de discrição para ocultar seus verdadeiros interesses, e o que vemos são partidos de nomes genéricos que clamam defender interesses universais. O bloco no poder não consegue se representar em um único partido.

No caso do Brasil, temos como exemplo a organização da burguesia agroexportadora no União Brasil (União Brasil (Brasil), 2025) e da burguesia financeira em partidos como o Novo (Canário, 2022). Nos Estados Unidos, essa cizânia do bloco no poder se manifesta de forma mais nítida, enquanto os únicos dois partidos de relevância, Democratas e Republicanos, representantes de interesses da classe dominante, dificilmente conseguem se aliar em temas gerais. Esse exemplo é uma clara representação da farsa da democracia liberal burguesa, com uma alternância de poder que não representa uma mudança real de paradigma naquela sociedade, mas somente a alternância da hegemonia do bloco no poder.

Essa incapacidade das diferentes frações da burguesia de unificar sob uma mesma bandeira as diferentes demandas de sua classe evidencia que cabe ao Estado o papel de organizar essas demandas, propiciando a unificação política suficiente para manter a coesão e perpetuar a dominação política. A classe dominante não precisa dos partidos e

associações para que seus interesses estejam garantidos. A relação dos interesses da fração hegemônica e o que é aplicado pelas políticas estatais não se corresponde simplesmente pela ocupação de altos cargos na administração pública. Afinal, a classe dominante possui uma dominação política que já é garantida pelo Estado, e ela só é dominante enquanto houver essa garantia (Martuscelli; Granato, 2024.).

Trazendo mais uma vez um recorte brasileiro, na conjuntura do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, duas frações da classe dominante disputavam a hegemonia. De um lado, a Federação das Indústrias de São Paulo, a FIESP, tornou célebre a campanha de “Não vamos pagar o pato” (Melo, 2015), em alusão a carga tributária e a política de juros. Do outro lado, a Federação Brasileira de Bancos, a FEBRABAN, pressionava por estabilidade fiscal e mais progresso na liberalização do âmbito macroeconômico (Bastos, 2017). As duas frações de classe estavam unificadas pelo desejo de mudança de governo, mas divididas quanto a unidade política de ação do bloco no poder. O papel do Estado, portanto, foi o de conceber o fato político que gerou o golpe de Estado mediante *impeachment* para apaziguar as tensões das diferentes frações e gerar unidade política do bloco no poder (Boito Jr., 2022). Esse é um exemplo da forma como o Estado pode intervir para garantir a coesão da classe dominante, coesão essa que o bloco no poder não é capaz de resolver sozinho, comprovando o papel essencial do Estado para manter a coesão no modo de produção capitalista.

A burguesia precisa do Estado para promover sua unidade política. Sob o aspecto dos dominados, é possível perceber que também existem concessões para manter a coesão, como ceder certos direitos trabalhistas para evitar tensões sociais que podem prejudicar o bloco no poder. O Estado não faz isso por ser capaz de prover boas condições de vida e trabalho, mas simplesmente o faz no intuito de manter a ordem e a coesão. (Offe, 1984; Poulantzas, 2019). Acima disso, o faz ciente de que em uma outra conjuntura o bloco no poder pode tensionar para reverter muitos desses direitos, como o caso da Contrarreforma Trabalhista (PL 8767/2016, hoje Lei n.º 13.467 de 2017).

Ainda nesse sentido, Poulantzas reafirma a necessidade dessa leitura de reafirmação da dominação política da classe dominante:

Por fim, essas observações assumem toda sua importância se considerarmos que a maioria das teorias políticas atuais que negam a existência de uma classe dominante fazendo vigorar a concepção das elites políticas entre as quais o poder seria partilhado baseia-se no fato de que a burguesia já não constituiria, atualmente, a classe coerente e monolítica que teria sido no passado. (Poulantzas, 2019, p. 308)

Ao se deparar com as análises veiculadas nos principais meios de comunicação, grandes jornais, sites de notícia e análises de conjuntura, há de se perceber que a visão aqui explicitada não é comum. A Teoria das Elites e até mesmo o Pluralismo na Ciência Política conseguiram, especialmente pelos motivos nomeados no primeiro capítulo do presente trabalho, grande capilaridade entre os analistas políticos contemporâneos. A marginalização do marxismo na Ciência Política opera no sentido de superar o conceito de classe dominante com a ideia de disputa entre as diferentes elites ou grupos políticos, supondo um certo grau de igualdade entre os diferentes núcleos presentes nas sociedades.

Poulantzas leva o debate para outro ponto, ao afirmar que não é simplesmente uma mudança estrutural de existência anterior para atual inexistência de classe dominante, mas uma questão intrínseca do modo de produção capitalista contemporâneo de disputas e divergências internas de uma mesma classe dominante, no bloco no poder. As frações internas de classes não alteram a dominação política na luta política de classes, assim como não alteram a detenção do poder político pela classe dominante, que não deixa de ser única, apesar de ser internamente fracionada.

A partir dessas considerações, percebemos como o conceito de bloco no poder contribui para uma maior sofisticação das análises políticas marxistas na Ciência Política. Poulantzas nega a lógica anterior das análises políticas marxistas, baseadas naquilo que foi expresso no *Manifesto Comunista*, do Estado moderno enquanto um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa, e avança para uma noção de que o estado possui uma autonomia relativa, inclusive para agir contra interesses imediatos da burguesia, no sentido de manter a coesão e o tensionamento da fração hegemônica, assim como para defender as frações não-hegemônicas.

Isso gera uma noção mais acurada da realidade e, conseqüentemente, análises de conjuntura menos generalistas e mais conectadas com a realidade concreta e com os objetos de estudo próprios da Ciência Política.

Nesse sentido, é possível, por exemplo, avançar da ideia de que a política institucional no modo de produção capitalista de nada serve para a luta de classes e que deve ser destruída por ser somente um instrumento de dominação burguesa, para uma noção, sem deslegitimar esses motivos, de que a política institucional tem evidentes limitações, mas que o estudo para uma melhor compreensão de seu sentido de ser será uma ferramenta importante para a análise concreta da realidade concreta no contexto da luta política de classes.

4.2 A Luta de Classes na Política Institucional e a Separação dos Poderes

Retomando essa ideia de pensar criticamente a política institucional, é possível extrair que um de seus princípios basilares é uma evidência clara de suas contradições. A separação dos poderes, baseada na teoria montesquiana, ainda que não exista somente na formalidade, encontra suas problemáticas quando partimos para a análise da realidade concreta de países como o Brasil, por exemplo.

A partir do arcabouço teórico de Nicos Poulantzas, este subcapítulo parte para uma análise da conjuntura institucional brasileira. O objetivo é aplicar suas ferramentas teóricas à realidade concreta do país.

Para Poulantzas, apesar de existir a separação formal, em especial na relação Executivo e Legislativo (por serem os dois poderes com disputas de forças políticas mais evidentes) na estrutura do Estado, dos poderes, o Estado funciona como uma unidade centralizada. Entretanto, a distinção entre os poderes não contempla somente a formalidade. Os dois centros de poder refletem diferentes correlações de força internamente, entre diferentes classes e frações de classe, que se manifestam de variadas formas a depender do espaço e possivelmente divergindo entre o que acontece em um poder e em outro. O ponto central da crítica é que os tais freios e contrapesos defendidos pelos institucionalistas e pela teoria montesquiana não configuram um real balanceamento de forças. O que se sucede é que sempre haverá um poder que será a instância principal de dominação do Estado.

No Brasil, por exemplo, pode-se perceber uma transição da instância preponderante nas últimas décadas. No período da Ditadura Empresarial-militar, o executivo governava a partir dos próprios desejos autoritários, com um congresso que pouquíssimo poderia fazer para impedir o domínio do executivo. A redemocratização e a Constituição de 1988 buscaram remodelar essa relação no intuito de buscar um sistema real de freios e contrapesos (Fraga; Machado, 2021), em que o Legislativo passa a ter uma co-participação, por exemplo, na elaboração do orçamento anual. O Executivo seguia dominante, mas muito mais podado.

A partir do ano de 2015, mas com maior intensidade no Governo Temer, a partir de 2016, com a aprovação do orçamento impositivo, o Legislativo passa a crescer em termos

de dominação política. Agora, os parlamentares têm o direito de definir o destino de boa parte do orçamento público. Nesse processo que se iniciou em 2015 e segue em curso, o Legislativo caminha a passos largos para se tornar dominante, se não já o é (Santos; Gasparini, 2020).

Com o domínio quase que total do orçamento discricionário e buscando romper com a obrigação do orçamento impositivo, o Executivo está deixando de ser capaz de efetivamente executar as políticas públicas que deseja, estando essas cada vez mais executadas através das emendas parlamentares, ligadas a deputados e senadores, que se regozijam do prestígio que os bilhões de reais podem proporcionar em termos de popularidade e, fundamentalmente, poder (Santos; Gasparini, 2020, p. 382; Boito Jr., 2022).

O poder que domina constitui a unidade política do bloco no poder (Poulantzas, 2019). A fração hegemônica se representa através do poder dominante, assim como a burguesia vem sendo representada muito mais na figura dos parlamentares, ou das frentes parlamentares, por exemplo, do que na associação direta com o poder Executivo, independente do governo em voga. Os interesses específicos das frações hegemônicas se manifestam também no poder dominante: como se manifestam as emendas orçamentárias, para onde vão essas emendas e com qual finalidade serão executadas.

Por exemplo, se um determinado burguês deseja maior inserção em determinado território, que o parlamentar que lhe representa execute uma emenda em uma área que corresponda ao seu interesse particular. Um caso dessa dinâmica aconteceu quando o ex-ministro e deputado Juscelino Filho (UB/MA) utilizou verba de emenda parlamentar para calçar estradas no seu estado, com o detalhe de que todas as estradas calçadas eram estradas que atravessam propriedades do próprio deputado ou de sua família (Agência Estado, 2025). Se trata da relação clara da classe dominante, priorizando sempre, em todas as instâncias, seu interesse próprio da ordem mais particular possível.

A relação entre o Executivo e o Legislativo, portanto, é também um campo de disputa da luta de classe e da disputa por hegemonia no bloco no poder das diferentes frações de classe. Quando uma fração controla ambos os poderes, há uma certa harmonia no Estado que flexibiliza os tensionamentos entre os poderes. Entretanto, quando diferentes frações disputam espaço nos diferentes poderes, como o Brasil, e é o caso na maioria das sociedades no modo de produção capitalista, a separação de

poderes é também palco para disputa das frações e das classes. Nesse contexto, o poder que não está hegemônico torna-se ponto de resistência à hegemonia do outro (Poulantzas, 2019).

Poulantzas exemplifica essa relação no contexto da Revolução Francesa. Enquanto a decadente nobreza exercia o poder através do Executivo, o Legislativo era o instrumento de resistência da ascendente burguesia. O que fez a Revolução foi tensionar o executivo por meio do, dentre outros fatores, poder legislativo para deslocar o domínio do poder político efetivo do executivo para o legislativo, tornando-se, finalmente, o poder central, e a burguesia, a nova fração hegemônica (Poulantzas, 2019, p. 314). Pela ótica do Brasil, é possível perceber esse mesmo tensionamento supracitado de deslocar as prerrogativas do executivo para o legislativo para consolidar mais poder ao Parlamento (Santos; Gasparini, 2020).

Quanto às questões específicas dos poderes, é possível apreender que não somente a fração hegemônica que habita em cada poder que determina como ele funcionará. Existem questões que são reflexos das condições próprias e únicas daquele poder.

O Poder Executivo, composto pela administração pública (burocracia) e seu aparato repressivo (polícia e exército), objetifica o que Poulantzas chama de aparelho de Estado. Quando o Executivo se sobrepõe aos demais poderes, isso pode indicar que a esfera do político está prevalecendo sobre a do econômico (Poulantzas, 2019). Nesse cenário, a função do político torna-se mais evidente na gestão das relações entre as frações que compõem o bloco no poder, assim como na manutenção de sua legitimidade.

Por outro lado, o Legislativo carrega consigo certas armadilhas ideológicas nessa relação. O fato dos parlamentares serem colocados como representantes diretos do povo, diferentes de ministros e burocratas, traz consigo uma noção perigosa que dificulta a diferenciação entre legitimidade e legalidade. Ou seja: por serem representantes do povo, as vontades gerais do Parlamento representariam um poder superior ao poder da própria legalidade e normativa jurídica. Poulantzas alerta ao perigo de romantizar o papel do legislativo no processo político:

Toda uma tradição “parlamentarista” do movimento operário, ao exprimir sua desconfiança do poder executivo, devida, sobretudo, às ilusões idílicas que cria sobre o legislativo, interpretou essas análises de Marx como um questionamento

da legitimidade do executivo. Isso permitiu fazer facilmente uma crítica da predominância do executivo, dispensando uma crítica adequada do Estado capitalista enquanto tal. [...] no âmbito do Estado capitalista de classe, a legitimidade parlamentar não está de modo algum “mais próxima do povo” do que a legitimidade correspondente à predominância do executivo. Com efeito, trata-se sempre, num caso como no outro, de processos ideológicos. (Poulantzas, 2019, p. 320)

Mesmo com suas diferentes formas e características únicas, nem o executivo nem o legislativo estão mais próximos da classe dominada. Essa aparente aproximação com a classe trabalhadora, do executivo ou legislativo, não passa de uma manifestação da região do ideológico de como se configura o Estado capitalista contemporâneo. São ambas formas diferenciais de um mesmo Estado capitalista, operando para reproduzir a dominação política de classe e perpetuar o bloco no poder.

Ou seja, ao invés de se imaginar que o executivo ou o legislativo fortes são uma forma de resistência das elites contra uma resposta clara do povo dada em outro poder, como um certo avanço popular no parlamento ou a eleição de um governo que seja ao menos democrático-popular, Poulantzas enseja abrir os olhos para o fato de que o fortalecimento de qualquer que seja dos poderes é somente uma representação das disputas no bloco no poder e mais uma estratégia de administração do modo de produção capitalista. Não representa, portanto, risco real de ruptura radical por si só, afinal, a classe dominante possui os mecanismos de controle desses espaços da institucionalidade ao ponto de não permitir, nem de perto, que o legislativo avance com um projeto político subversivo à ordem.

Em um país como o Brasil, em que cada vez mais o Legislativo vai assumindo a forma de poder preponderante, com múltiplos partidos orbitando, muito se fala, por exemplo, em governo de coalizão. O que isso gera é que cada partido dessa coalizão tenha uma parte dos ministérios, ou uma “fatia” desse governo (Singer, 2012). O governo aparenta ser uma soma, muitas vezes confusa, de interesses diversos. Pensando a partir dessa perspectiva, é difícil entender quem realmente possui a unidade do poder e qual fração está hegemonizando seus interesses.

Para Poulantzas, essa ideia de governo de coalizão não passa de uma ilusão. Segundo o autor, o governo, mesmo sendo formado por diferentes partidos de diferentes orientações políticas, não está, de fato, bagunçado. Ele está somente operando para servir aos interesses do bloco no poder. Ou seja, a unidade política dessa coligação, por

exemplo, está em servir as grandes elites econômicas, industriais e banqueiros. Mais especificamente, a fração hegemônica no bloco no poder.

Nesse sentido, a fração hegemônica pode garantir a hegemonia do poder político na coalizão de duas formas. A primeira delas está ligada ao fato da fração hegemônica ter o controle do partido mais forte, que se tornará dominante na coalizão. Ainda que não seja representante dos desejos de todos os partidos, um partido dominante pode conseguir agir resolutivamente nas decisões de maior relevância, ou mesmo influenciar a coligação a seguir o rumo que o partido dominante deseje, ou com capilaridade em todas as pastas para influenciar as decisões internas dos diferentes aspectos políticos de um governo.

A segunda delas está na organização das pastas; tomar para si as principais pastas, como a Economia, ao que Poulantzas chama de “setores governamentais-chave” (Poulantzas, 2019, p. 327) é uma eficaz estratégia para garantir que os rumos do governo serão os desejados pela fração. Por trás do pretexto do governo de coalizão, o bloco no poder consegue manter a dominação política e a garantia de que o Estado trabalhe a seu favor. A política de estado, como a política social e a política externa, mas em especial a política econômica, permitem ao analista enxergar a fração hegemônica. (Martuscelli; Granato, 2024)

O governo do presidente Lula, em seu terceiro mandato, eleito em 2022, foi eleito a partir de uma coalizão de “frente-ampla”, ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT) liderou um bloco heterogêneo de partidos e precisou organizá-los de maneira a privilegiar minimamente todo o bloco no arranjo institucional dos ministérios, empresas públicas, etc (Boito Jr., 2023).

Diante disso, o exemplo específico que há de se abordar é o da área econômica. Dividida em três ministérios, Gestão, Fazenda e o Planejamento e Orçamento, as escolhas da área econômica muitas vezes podem ser sintomáticas dos desejos do governo, justamente por ser um setor governamental-chave. O Ministério da Fazenda, por ser o responsável pela política econômica, é o de maior relevância política, e por isso seguiu nas mãos do grupo dominante, o PT, na figura do ministro Fernando Haddad. O Ministério do Planejamento e Orçamento ficou com a ministra Simone Tebet, figura ligada ao liberalismo econômico e à austeridade fiscal. Já o Ministério da Gestão ficou com a ministra Esther Dweck, ligada à esquerda reformista acadêmica.

A distribuição de cargos nesse caso é um exemplo interessante da teoria poulantziana. Embora exista uma aparente partilha do poder simbolizada pela certa pluralidade de ideias das três figuras centrais, o que se percebe na realidade concreta é uma unidade política muito clara, especialmente vinculada à figura de Haddad e sua relação com o mercado financeiro. O ministro cumpre uma função muito clara de garantir a estabilidade e os interesses da fração dominante, nesse caso da burguesia ligada ao mercado financeiro, simbolizada pela sua relação, em especial, com o banco BTG Pactual e com a FEBRABAN.

Desde o início de seu mandato, em janeiro de 2023, o ministro tem feito eventos e palestras quase que mensalmente em espaços do Banco BTG. Chegou a ser citado pelo presidente desses como um “orgulho” para o mercado financeiro de tê-lo na figura de ministro (IstoÉ Dinheiro, 2025). Nesse caso, o bloco no poder se utiliza do instrumento da coalizão para passar uma falsa imagem de pluralidade, sabendo que as políticas concretas serão direcionadas aos seus próprios interesses, porque tem domínio da agenda da política econômica através dessa “parceria” com o ministro Haddad.

CONCLUSÃO

Ao fim de todo o exposto, ficou claro que a Ciência Política, de sua gênese histórica à atualidade, está marcada pela sua relação com a doutrina liberal e institucionalista, majoritariamente estadunidense ou de influência desse país. É uma Ciência direcionada à perpetuação do *status quo*, visando a manutenção e otimização do Estado capitalista. Isso resultou em uma dinâmica de afastamento deliberado de metodologias emancipatórias e de ruptura da ordem, assim como o afastamento do caráter coletivo e de classe dos sujeitos, tratando-os como agências deslocadas de seu contexto histórico e social.

A dominância do debate público da disciplina por correntes neoinstitucionalistas, como a Escolha Racional, ou “estudos de gincana” reforçam a tendência do fetichismo pelos métodos quantitativos. Isso sob um pretexto de maior valor científico e maior precisão nas análises, o que não se comprova verídico na concretude. A análise de autores tais como Sartori, Tavares, Sclofsky e Funk demonstrou que a diversidade pretendida pela disciplina está restrita aos círculos concêntricos do liberalismo, marginalizando sistematicamente o marxismo e outras teorias de cunho crítico, sob o falso pretexto da neutralidade.

O que está consolidado na disciplina é um arcabouço limitado, que não consegue alcançar as raízes das problemáticas analisadas, como as estruturas de poder. Está posta uma carência de uma autorreflexão crítica, sobre os rumos e objetos de estudos da Ciência Política. Nesse sentido, explora-se a obra de teóricos da Ciência Política que propuseram superar os vigentes limites da Ciência Política.

Gramsci apresenta um paradigma vanguardista da Ciência Política marxista ao ser um dos primeiros marxistas a denotar a centralidade e a autonomia relativa do político, superando o economicismo que tratava a superestrutura como mero reflexo da ordem econômica. Isso ocasionou uma virada de chave radical na forma como a teoria marxista trata a ciência da política e traz consigo a importância do debate revolucionário adentrar a arena de disputa da Ciência Política.

Concomitantemente, sua obra instaura uma ruptura com a ciência tradicional ao propor uma análise que não se prenda ao Ser, a realidade como ela aparenta estar, mas

que se engaje ativamente na construção do Dever Ser, um projeto de transformação efetiva. Essa abordagem, que compreende o sujeito político não como o indivíduo isolado, mas como um ente coletivo e histórico, contesta diretamente o individualismo metodológico e o fatalismo de teorias como as das elites.

Nesse sentido, o pioneirismo e relevância de Gramsci reside em ter recolocado a política como arena decisiva da luta de classes e em ter estimulado a ciência (em especial a Ciência Política) a um propósito emancipatório. Seu legado não somente abriu as portas para os aprofundamentos teóricos de Poulantzas, mas permanece como um arsenal de ferramentas indispensável para uma Ciência Política mais crítica de si e do mundo ao seu redor.

Está evidenciado que a obra de Nicos Poulantzas, mais especificamente “Poder Político e Classes Sociais”, é um marco fundante para a construção de uma Ciência Política marxista, dotada de um evidente rigor científico. Sua grande contribuição é a sistematização de um “Estado prático”, transformando em conhecimento científico o que antes era uma função descritiva ou denunciativa. Poulantzas avança na questão ao não somente denunciar ou constatar fatos e problemáticas do Estado, mas dar o caráter científico ao estudo deste na Ciência Política. (Martuscelli; Granato, 2024). Ao desvelar as estruturas e funções não aparentes do Estado, o autor faz parte da contribuição que revela a sociedade a real função do Estado capitalista: a expressão de uma relação política de dominação.

Ponto central em sua obra, a crítica à concepção liberal do Estado neutro dialoga com o restante do presente estudo ao desmascarar uma das grandes premissas de correntes da Ciência Política contemporânea. Um esforço de realização daquilo que vai além das aparências, ao nos mostrar função do Estado como fator de coesão, aparelhando os conflitos de classe para perpetuação da dominação política pela classe dominante.

Em contraposição a outros teóricos da tradição marxista, Poulantzas contrapõe-se às análises que tratam o Estado como um mero epifenômeno da Economia, desprovido de autonomia (Martuscelli; Granato, 2024). Também rejeita as teorias institucionalistas que tratam o indivíduo como apartado do mundo social que o acomete, assim como rejeita as teorias das elites, ao rejeitar a superação do conceito de classe dominante e defender sua consolidação enquanto detentora do poder político.

Poulantzas nos introduz ao conceito de bloco no poder. Esse conceito nos permite desvelar o fato de que não há possibilidade de disputa do poder político pelas classes dominadas no contexto do modo de produção capitalista. A disputa pela hegemonia do Estado acontece somente internamente entre as frações da classe dominante no bloco no poder. Além disso, o conceito revela que a classe dominante não é um bloco unitário, mas uma classe heterogênea e sob contradições internas, oferecendo uma análise mais apurada do que a puramente dualista de dominantes e dominados.

Em suma, as contribuições de Poulantzas fornecem os instrumentos teóricos para uma nova forma de elaborar análises de conjuntura, sob os moldes leninistas da “análise concreta da realidade concreta” (Martuscelli; Granato, 2024, p. 64). Comparativamente, pode-se ampliar essa afirmação e dizer que essa visão serve para a Ciência Política na totalidade, que frequentemente carece de explicações para problemas que se revelam na superfície, mas que possuem problemáticas estruturais que os analistas, por não disporem dos instrumentos de uma ciência política marxista, não conseguem aprofundar.

As análises mais comuns, como as que vemos em jornais ou revistas, se limitam a simples constatações de um suposto fato concreto, desprovidas de maior fundamentação teórica. A compreensão dos conceitos aqui apresentados pode, portanto, facilitar o acesso e a produção de análises com caráter mais científico, servindo como ferramentas para auxiliar uma esquerda revolucionária que por vezes esbarra em limitações na reflexão crítica sobre o Estado Capitalista e a política institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADCOCK, Robert. **Liberalism and the emergence of American political science: a transatlantic tale**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

AGÊNCIA ESTADO. Obra pública em estrada da fazenda de Juscelino Filho só beneficiou o ministro, diz CGU. **UOL Notícias**, São Paulo, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/04/29/obra-publica-em-estrada-da-fazenda-de-juscelino-filho-so-beneficiou-o-ministro-diz-cgu.htm>. Acesso em: 23 jul. 2025.

A ATUALIDADE da obra de Poulantzas. **Mais-Esquerda**, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=32T8hzmwUxo>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ALIAGA, Luciana. A Ciência Política de A. Gramsci. **Gramsciana: Rivista Internazionale Di Studi Su Antonio Gramsci**, 2016.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais**. Tradução de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRÉ ESTEVES, sócio do BTG Pactual, destaca o 'orgulho' de ter Haddad na Fazenda. **IstoÉ Dinheiro**, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/socio-do-btg-pactual-destaca-o-orgulho-de-ter-haddad-na-fazenda>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BARROW, Clyde W. **Encyclopedia of Critical Political Science**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. esp., p. 1-63, e172129, 2017. DOI: 10.1590/198055272129

BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 76–105, 1 jun. 2011.

BOITO JR., Armando. A burguesia brasileira no governo Lula. In: **XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 2009**, Buenos Aires. Anais [...]. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

BOITO JUNIOR, Armando. **Reform and political crisis in Brazil: class conflicts in workers' party governments and the rise of Bolsonaro neo-fascism**. Tradução de Angela Tesheiner e Lenita MR Pisetta. Leiden; Boston: Brill, 2022. Título original: Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT

BOITO JR., Armando. Análise de Conjuntura. *In*: ANDES-SN. Anexo da Circular nº 254/23. Brasília, DF, ago. 2023. Disponível em: <https://sindcefetmg.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Anexo-Circ254-23-1.pdf>. Acesso em 20 jun. 2025.

CANÁRIO, Pedro. Por que o Partido Novo, ex-preferido da Faria Lima, encolheu nas eleições. **Bloomberg Línea**, 9 out. 2022. Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2022/10/09/por-que-o-partido-novo-ex-preferido-da-faria-lima-encolheu-nas-eleicoes/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. Ciência da Política. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 167-170.

DEPUTADOS do União reforçam tolerância zero à invasão de terras no país. **União Brasil**, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://uniaobrasil.org.br/2024/04/25/deputados-do-uniao-reforcam-tolerancia-zero-a-invasao-de-terras-no-pais/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DIMAGGIO, Anthony. Is Political Science Relevant? The Decline of Critical Scholarly Engagement in the Neoliberal Era. **Poverty & Public Policy**, v. 10, n. 2, p. 222–252, jun. 2018.

ELBE, Ingo. **Estado dos capitalistas ou estado do capital? Linhas de recepção do conceito de estado de Engels no século XX**. Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, p. 168-193, jul./dez. 2020. DOI: 10.36638/1981-061X.2020.v26.570.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo**: um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

FRAGA, Bruno de Oliveira; MACHADO, Yuri Restano. **Presidencialismo de coalizão**: a relação entre o sistema de governo brasileiro, suas particularidades e a corrupção. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2021/08/bruno_fraga.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNK, Kevin; SCLOFSKY, Sebastián. The Liberal Ideology: On Intellectual Pluralism and the Marginalization of Marxism in US Political Science. **PS: Political Science & Politics**, v. 54, n. 3, p. 593–597, 24 jun. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3. Recurso eletrônico.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 11 (XVIII): 1932-1933: introdução ao estudo da filosofia** [livro eletrônico]. Tradução Giovanni Semeraro e Rodrigo Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2023. PDF. ISBN 978-65-83079-24-4.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. v. 3.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: LOPARIĆ, Željko; ARANTES, Otilia B. Fiori (org.). **Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas: textos escolhidos**. Tradução de Edgard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 125-162. (Coleção Os Pensadores).

IVES, Peter. **Gramsci's Politics of Language**: Engaging the Bakhtin Circle and the Frankfurt School. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas**: Marxist Theory and Political Strategy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

JESSOP, Bob. **State theory**: putting the Capitalist State in its place. Cambridge: Polity Press, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Ou Revolução?**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MANOEL, Jones. Apresentação: **Sobre Marx nas margens**. In: ANDERSON, Kevin B. Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais. Tradução de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 02-05.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico; GRANATO, Leandro. **Ler Poulantzas**: Conceitos elementares de Poder político e classes sociais. 1. ed. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2024.

MELO, Karine. Campanha contra aumento de impostos leva pato gigante à Esplanada. **Agência Brasil**, Brasília, 1 out. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/campanha-contr-aumento-de-impostos-leva-pato-gigante-esplanada>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia autolimitada de Giovanni Sartori. **Tumblr**, 2017. Disponível em: <https://www.tumblr.com/grupo-demode/166952942977/a-democracia-autolimitada-de-giovanni-sartori?source=share>. Acesso em: 24 abr. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. **Marxismo e política**: modos de usar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Álvaro. Pequeno glossário gramsciniano. **Revista Cult**, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-gramsciniano/>. Acesso em: 2 set. 2024.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. *In*: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLLMAN, Bertell. Marxism and Political Science. **Journal of Political Ideologies**, v. 3, n. 2, p. 183-203, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.

SANTOS, Greice dos Reis. Nicos Poulantzas e a questão do Estado: uma análise fundamentada na obra poder político e classes sociais. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 12, p. 51–70, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11315>.

SANTOS, Núbia Cristina Barbosa; GASPARINI, Carlos Eduardo. Orçamento Impositivo e Relação entre Poderes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 31, p. 339-396, jan./abr. 2020.

SARTORI, Giovanni. Where is Political Science Going? **PS: Political Science & Politics**, v. 37, n. 4, p. 785–787, out. 2004.

SCLOFSKY, Sebastián.; FUNK, Kevin. The Specter That Haunts Political Science: The Neglect and Misreading of Marx in International Relations and Comparative Politics. **International Studies Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 83–101, 8 set. 2018.

SHEPSLE, Kenneth A. **Analyzing politics**: Rationality, behavior, and institutions. New York: W.W. Norton & Co, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. **Cadernos de um revolucionário**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 212-215, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100016>.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SWANSON, Jacinda. Gramsci as Theorist of Politics. **Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society**, v. 21, n. 3, p. 336-343, 2009.

TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Italo Cosme de. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 11–45, abr. 2016.

TV UFMG. MUDANÇAS no Qualis Periódicos: entenda o processo de avaliação dos artigos científicos. [S. l.]: TV UFMG, 2025. 1 vídeo (9 min. 4 s). Publicado pelo canal TV UFMG. Disponível em: https://youtu.be/z8Mi8b1Hm4g?si=71fpb_dOLKQ4Uwo0. Acesso em: 18 jul. 2025.

